

RELATÓRIO ANUAL DO SECRETÁRIO-GERAL

2
0
1
3



Organização dos
Estados Americanos

ÍNDICE

1.	ASSEMBLEIA GERAL E CONSELHOS.....	4
1.1	ASSEMBLEIA GERAL	4
1.2.	REUNIÃO DE CONSULTA DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES	5
1.3	CONSELHO PERMANENTE.....	5
1.4	CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL	7
2.	SECRETARIA-GERAL.....	9
2.1	GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL	9
2.1.1	Secretaria de Cúpulas das Américas.....	9
2.1.2	Departamento de Assessoramento Jurídico	10
2.1.3	Escritório do Cerimonial	11
2.2	GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	13
2.2.1	Departamento de Gestão de Conferências e Reuniões	14
2.2.2	Escritório de Coordenação dos Escritórios e Unidades da Secretaria-Geral nos Estados membros	15
2.2.3	Biblioteca Colombo.....	16
2.3	SECRETARIA DE ASSUNTOS POLÍTICOS	18
2.3.1	Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral (DECO)	18
2.3.2	Departamento de Sustentabilidade Democrática e Missões Especiais (DSDME)	19
2.3.3	Departamento de Gestão Pública Efetiva (DGPE).....	20
2.4	SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL (SEDI).....	21
2.5	SECRETARIA DE SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL	24
2.5.1	Escritório Executivo do Secretário de Segurança Multidimensional (SSM)	24
2.5.2	Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)	25
2.5.3	Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (S/CICTE)	26
2.5.4	Departamento de Segurança Pública (DSP)	27
2.6	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SAF)	28
2.6.1	Departamento de Recursos Humanos (DRH).....	29
2.6.2	Departamento de Serviços de Gestão Financeira e Administrativa (DFAMS)	29
2.6.3	Departamento de Serviços de Informação e Tecnologia (DOITS).....	31
2.6.4	Departamento de Planejamento e Avaliação (DPE).....	31
2.6.5	Departamento de Compras (DP)	32
2.6.6	Departamento de Serviços Gerais (DSG).....	33
2.7	SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS	33
2.7.1	Departamento de Direito Internacional (DDI).....	34
2.7.2	Departamento de Cooperação Jurídica (DCJ)	35

2.8	SECRETARIA DE RELAÇÕES EXTERNAS.....	36
2.8.1	Departamento de Imprensa e Comunicação (DPC).....	36
2.8.2	Departamento de Assuntos Internacionais (DAI).....	38
2.8.3	Museu de Arte das Américas (AMA).....	39
3.	ENTIDADES E ORGANISMOS AUTÔNOMOS E DESCENTRALIZADOS	40
3.1	CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	40
3.2	COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	43
3.3	TRIBUNAL ADMINISTRATIVO.....	45
3.4	INSTITUTO INTERAMERICANO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	45
3.5	COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES	47
3.6	COMISSÃO INTERAMERICANA DE TELECOMUNICAÇÕES	48
3.7	ESCRITÓRIO DO INSPETOR-GERAL.....	49
3.8	JUNTA DE AUDITORES EXTERNOS	50
4.	ENTIDADES E ORGANISMOS ESPECIALIZADOS.....	53
4.1	JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA	53
4.2	INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA	54
4.3	COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA.....	56
4.4	FUNDAÇÃO PAN-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO.....	57
4.5	ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE	59
4.6	INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA	60
5.	ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL E DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO FORA DA SEDE.....	61
5.1	ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL FORA DA SEDE	61
5.2	ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO FORA DA SEDE	65
ANEXOS	67
	ANEXO A: ORGANOGRAMA	67
	ANEXO B: DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DA OEA.....	68

1. ASSEMBLEIA GERAL E CONSELHOS

1.1 ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral, órgão supremo da Organização dos Estados Americanos, é constituída pelas delegações de todos os Estados membros, que têm o direito de fazer-se representar e de votar. A definição dos mecanismos, políticas, ações e mandatos da Organização tem sua origem na Assembleia Geral. As suas atribuições estão definidas não Capítulo IX da Carta, cujo artigo 57 determina que a Assembleia reunir-se-á anualmente na época que determinar o regulamento e em sede escolhida consoante o princípio do rodízio. Em circunstâncias especiais e com a aprovação de dois terços dos Estados membros, o Conselho Permanente poderá convocar um período extraordinário de sessões da Assembleia Geral. Todos os Estados membros têm o direito a fazer-se representar na Assembleia e a emitir um voto.

- **Quadragésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral**

O Quadragésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral foi realizado de 4 a 6 de junho de 2013 na cidade de Antigua, Guatemala. A Assembleia aprovou três declarações e quarenta e nove resoluções. Os resultados da Assembleia Geral foram publicados no documento Atas e Documentos (OEA/Ser.P/XLIII-O.2).

A Assembleia adotou importantes decisões relacionadas com temas tais como as políticas a serem adotadas para enfrentar o problema das drogas nas Américas; o fortalecimento da educação em direitos humanos, a democracia, a paz, a segurança hemisférica, a cooperação, o acesso à justiça, a liberdade de expressão, o desenvolvimento jurídico e social, a prevenção e erradicação da exploração sexual e o tráfico ilícito de crianças, a proteção dos direitos humanos dos idosos, a promoção da segurança hemisférica, comércio, turismo, bolsas; bem como a proteção de pessoas com deficiência, mulheres, infância, indígenas e migrantes.

- **Quadragésimo Quarto Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral**

O Quadragésimo Quarto Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral foi realizado em 22 de março de 2013, na sede da Secretaria-Geral da Organização, para dar cumprimento aos mandatos da resolução AG/RES. 2761 (XLII-O/12). Nessa ocasião a Assembleia Geral considerou as propostas que o Conselho Permanente elaborou em diálogo com todas as partes envolvidas, para a aplicação das recomendações do “Relatório do Grupo de Trabalho Especial de Reflexão sobre o Funcionamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para o Fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos”. Foi aprovada a resolução AG/RES. 1 (XLIV-E/13) rev. 1, “Resultado do Processo de Reflexão sobre o Funcionamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para o Fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos”.

- **Quadragésimo Quinto Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral**

O Quadragésimo Quinto Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral foi realizado em 30 de outubro de 2013, na sede da Secretaria-Geral da Organização, em Washington, D.C., com o fim de considerar e aprovar o orçamento-programa da Organização dos Estados Americanos para 2014. Foi aprovada a resolução AG/RES. 1 (XLV-E/13) rev. 1, “Orçamento-Programa da Organização para 2014”.

1.2. REUNIÃO DE CONSULTA DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES

A Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, um órgão da Organização dos Estados Americanos, é realizada com o fim de considerar problemas de caráter urgente e de interesse comum para os Estados americanos e servir de Órgão de Consulta. Suas atribuições estão definidas no Capítulo X da Carta da OEA.

Durante este período não foram realizadas Reuniões de Consulta de Ministros das Relações Exteriores.

1.3 CONSELHO PERMANENTE

O Conselho Permanente é um dos órgãos mediante os quais a Organização concretiza seus fins (Art. 53 da Carta). O Conselho está diretamente subordinado à Assembleia Geral e compõe-se de um representante de cada Estado membro, nomeado especialmente pelo respectivo governo, com a categoria de embaixador e cuja função e atribuição estão definidas no Capítulo XII da Carta. O Conselho Permanente toma conhecimento de qualquer assunto de que o encarregue a Assembleia Geral ou a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. Atua provisoriamente como Órgão de Consulta de acordo com o estabelecido no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Vela pelas relações de amizade entre os Estados membros e os auxilia na solução pacífica de controvérsias. Além disso, intervém como Comissão Preparatória da Assembleia Geral, exceto se a Assembleia decidir o contrário.

• Presidência e Vice-Presidência

A Presidência é exercida sucessivamente pelos representantes, na ordem alfabética dos nomes em espanhol de seus respectivos países, e a Vice-Presidência de modo idêntico, sendo seguida a ordem alfabética inversa. Os mandatos são exercidos pelo período de três meses e começam automaticamente no primeiro mês de cada trimestre. Adiante, indicam-se as autoridades do Conselho Permanente durante o período correspondente a 2013.

Janeiro a março:

Presidência: Embaixador Denis Moncada Colindres, Representante Permanente da Nicarágua

Vice-Presidência: Embaixador John Beale, Representante Permanente de Barbados

Abril a junho:

Presidente: Embaixador Arturo Vallarino, Representante Permanente do Panamá

Vice-Presidente: Embaixador Elliston Rahming, Representante Permanente de Barbados

Julho a setembro:

Presidente: Embaixador Martín Sannemann, Representante Permanente do Paraguai.

Vice-Presidente: Embaixadora Deborah-Mae Lovell, Representante Permanente de Antígua e Barbuda

Outubro a dezembro:

Presidente: Embaixador Walter Alban, Representante Permanente do Peru; Embaixador Juan Federico Jiménez Maior, Representante Permanente do Peru

Vice-Presidente: Embaixadora Deborah-Mae Lovell, Representante Permanente de Antígua e Barbuda.

- **Apresentações**

Durante o período coberto por este relatório, o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto se dirigiram em várias ocasiões ao Conselho Permanente para informar acerca de diversos assuntos que integram a agenda de trabalho da Organização, bem como assuntos de interesse dos Estados membros.

O Conselho Permanente considerou e aprovou o calendário do Plano de Trabalho sobre a implementação da resolução AG/RES. 2761 (XLII-O/12), “Acompanhamento das recomendações do Relatório do Grupo de Trabalho Especial Encarregado de Refletir sobre o Funcionamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos”. Em 7 de março o Conselho Permanente se reuniu em uma sessão extraordinária com a sociedade civil e outros atores ou usuários do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Em 8 de março realizou-se no Conselho Permanente um diálogo entre os Estados membros e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Em 6 de fevereiro foi apresentado um relatório sobre os avanços do processo eleitoral no Paraguai, e posteriormente um relatório sobre as eleições gerais realizadas na República do Paraguai. O Conselho Permanente recebeu os relatórios sobre as missões de observação eleitoral realizadas pela Secretaria-Geral em Honduras, Equador, Paraguai e Grenada.

Durante 2013 o Conselho Permanente se encarregou também da revisão da distribuição dos mandatos da OEA e da discussão e acompanhamento das deliberações sobre a priorização e classificação dos mandatos da OEA.

Cabe destacar a apresentação do documento “Uma Visão Estratégica da OEA – Segunda Entrega” em 17 de abril, bem como a importância da apresentação ao Conselho Permanente do Relatório do Grupo de Trabalho do Conselho Permanente sobre a Visão Estratégica da OEA, em 18 de dezembro.

- Grupo de Trabalho do Conselho Permanente sobre a Visão Estratégica da OEA

Em virtude do artigo 24 do Regulamento do Conselho Permanente, o Grupo de Trabalho sobre a Visão Estratégica da OEA (GT/VEOEA) foi instalado pelo Conselho em 20 de setembro de 2013, com o mandato de realizar um diálogo político orientado a determinar as melhores formas de atingir os objetivos para os quais a OEA foi criada e chegar a conclusões que orientem a priorização definitiva dos mandatos que a Organização deve cumprir.

O Conselho Permanente elegeu como Presidente do Grupo de Trabalho o Embaixador Emilio Rabasa, Representante Permanente do México junto à OEA, e como Vice-Presidente o Embaixador John Beale, Representante Permanente de Barbados junto à OEA.

Durante 2013, o Grupo de Trabalho sobre a Visão Estratégica da OEA realizou dez reuniões para considerar e aprovar a metodologia, analisar os pilares e avanços na modernização da gestão administrativa da Organização e receber as apresentações dos Secretários Executivos sobre suas áreas respectivas com base num formato comum, bem como a participação de outros atores relacionados com a temática analisada.

- **Visitas ao Conselho Permanente**

Em sessões de caráter extraordinário e ordinário, o Conselho recebeu o Senhor Ban Ki-Moon, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas; José de Jesús Orozco Enríquez, Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos; Senhora Carolyn Rodrigues-Birkett, Ministra das

Relações Exteriores e Comércio Exterior da República da Guiana; Embaixador Luis Fernando Carrera Castro, Ministro das Relações Exteriores da Guatemala; Doutor Roberto Cuellar, Diretor do Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH); Doutora Sofia Acsehrad, Secretária, e Doutora Gabriela Pastorino, Secretária Adjunta da Corte Suprema da Argentina; Doutor Federico Franco Gómez, Presidente da República do Paraguai; Senhora Diane Ablonczy, Ministra de Estado para Assuntos Exteriores do Canadá; Geral David Mungia Payes, Ministro de Justiça e Segurança Pública de El Salvador; Senhor José Manuel García-Margallo y Marfil, Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha; Senhor Ollanta Humala Tasso, Presidente Constitucional do Peru; Engenheiro Stalin Basantes, Vice-Ministro Coordenador do Equador; Diretor da Orquestra de Instrumentos Reciclados do Paraguai; Senhor Gil Kerlikowske, Diretor do Escritório da Política Nacional de Drogas dos Estados Unidos da América; Doutor Keith Claudius Mitchell, Primeiro-Ministro de Grenada; Juan Manuel Santos, Presidente da Colômbia; Jon Andrus, Diretor Adjunto da OPAS.

Durante as sessões extraordinárias realizadas sobre os trabalhos para implementar os mandatos da resolução AG/RES. 2761 (XLII-O/12), o Conselho Permanente contou com a participação de representantes de mais de 50 organizações da sociedade civil e outros atores interessados no tema do fortalecimento da Comissão Interamericana e do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

- **Declarações e resoluções**

No período compreendido entre janeiro e dezembro de 2013, o Conselho Permanente aprovou 14 resoluções cujos textos completos se encontram no site do Conselho Permanente.

Durante o mesmo período, o Conselho e seus órgãos subsidiários realizaram mais de 250 sessões de caráter formal e informal. Além disso, fortaleceu-se a capacidade instalada para processar os seguintes documentos oficiais (serviços de transcrição, revisão e edição):

- Os volumes das atas e documentos do Quadragésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral e do Quadragésimo Quarto e Quadragésimo Quinto Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral;
- As atas das sessões da Comissão Preparatória da Assembleia Geral
- As atas das sessões do Conselho Permanente

Foram aprovadas pelo Conselho Permanente 45 atas de sessões ordinárias e extraordinárias, bem como de sessões conjuntas realizadas com a Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral e o próprio Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral.

1.4 CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

O Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral é um órgão da Organização dos Estados Americanos diretamente subordinado à Assembleia Geral, com capacidade decisória em matéria de cooperação solidária para o desenvolvimento integral, instituído com a entrada em vigor do Protocolo de Manágua, em 29 de janeiro de 1996 (Capítulo XIII). O CIDI conta com os seguintes órgãos independentes: a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), as Comissões Especializadas Não Permanentes (CENPES) e as comissões interamericanas.

Autoridades em 2013:

Janeiro a junho

Presidente: Embaixador Nestor Mendez, Representante Permanente de Belize

Vice-Presidente: Embaixador Roy Chaderton Matos, Representante Permanente da Venezuela

Julho a dezembro

Presidente: Embaixador John Beale, Representante Permanente de Barbados

Vice-Presidente: Embaixadora Deborah Mae-Lovell, Representante Permanente de Antígua e Barbuda

O CIDI iniciou seus trabalhos confirmando a Senhora Sherry Tross como Secretária Executiva de Desenvolvimento Integral. Essa ocasião serviu para uma primeira reflexão sobre a promoção da agenda de desenvolvimento na OEA e o fortalecimento do CIDI, que se vem aprofundando em sessões temáticas que vão desde a agenda de desenvolvimento pós-2015 e o campo de ação e participação com que conta a OEA à integração da inclusão social na agenda do desenvolvimento, investimento em capital humano para o desenvolvimento e a inovação na educação, o papel das micro, pequenas e médias empresas no desenvolvimento e os desafios na construção de cidades e comunidades mais sustentáveis. Além disso, por intermédio de apresentações pontuais foram divulgados os resultados e ações, ao mesmo tempo em que se identificaram as vantagens comparativas da OEA em matéria de desenvolvimento.

O CIDI estabeleceu o recebimento de relatórios periódicos por parte da SEDI e realizou um esforço para que as autoridades setoriais apresentassem diretamente os objetivos e resultados dos encontros, a fim de aproximar e informar as delegações na sede sobre os trabalhos setoriais. Os Presidentes do CIDI participaram em várias reuniões de alto nível, conhecendo assim em primeira mão a dinâmica setorial e os alcances da cooperação técnica efetuada pela SEDI.

Foram realizadas as seguintes reuniões setoriais no âmbito do CIDI:

XXI Congresso Interamericano de Ministros e Altas Autoridades de Turismo (San Pedro Sula, Honduras) com o tema “O Geoturismo em Benefício das Comunidades.” Foi adotada uma Declaração na qual os Estados se comprometeram a avançar como região nos elementos orientadores do geoturismo que consistem em sustentar, preservar e ressaltar a integridade e o caráter geográfico do ambiente dos destinos turísticos, sua cultura, estética e patrimônio, bem como o bem-estar da comunidade. Foram aprovadas sedes para próximos encontros em Barbados (2014) e Peru (2015).

A XVIII Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT) (Medellín, Colômbia), reunida sob o lema “50 anos de diálogo interamericano para a promoção da justiça social e do trabalho decente: avanços e desafios para o desenvolvimento sustentável”, celebrou seu 50º aniversário, congregando um diálogo entre as pastas de trabalho e fazenda. Foram adotados a Declaração e o Plano de Ação de Medellín e contou-se com um diálogo tripartite com representantes de trabalhadores e empregadores, que por sua vez assinaram uma Declaração Conjunta COSAT –CEATAL. A delegação do México ofereceu seu país como sede em 2015.

Foram realizadas reuniões das Comissões Interamericanas de Cultura, Portos e Ciência e Tecnologia, as quais avançaram em seus planos de trabalho.

O CIDI avançou seus trabalhos diários mediante a Comissão de Políticas de Cooperação Solidária para o Desenvolvimento, a Comissão sobre Assuntos de Migração (CAM), o Grupo de Trabalho para o Fortalecimento do CIDI e o Grupo de Trabalho ad hoc para a revisão de mandatos em matéria de desenvolvimento integral. Também operou o Grupo de Trabalho conjunto com o CP para a elaboração do Plano de Ação da Carta Social das Américas.

Avançou-se na consideração dos seguintes temas:

- i. Adequação do Estatuto e Regulamento do CIDI e de seus órgãos, bem como das Normas Gerais para refletir a eliminação da Comissão Executiva Permanente do CIDI e a criação da CAM.

- ii. Negociação de resoluções omnibus, em vez de resoluções individuais, tomando como referência o processo da Comissão de Segurança Hemisférica de 2012.
- iii. Classificação dos mandatos em matéria de desenvolvimento, adicionando os emanados em 2013.
- iv. Continuou-se com o processo de revisão do Programa Interamericano para a Promoção e a Proteção dos Direitos Humanos dos Migrantes, incluindo os Trabalhadores Migrantes e suas Famílias, para otimizar seus objetivos.

A Junta Diretora da AICD aprovou a designação da senhora Sherry Tross como sua Diretora Geral. Aprovaram-se programações do FEMCIDI em ciência e tecnologia, cultura e turismo, bem como o projeto apresentado pelo Haiti para ser financiado com a subconta “FEMCIDI-Haiti”.

Todos os documentos oficiais do CIDI encontram-se no site: www.oas.org/es/cidi.

2. SECRETARIA-GERAL

O Capítulo XVI da Carta dispõe sobre as atribuições e funções da Secretaria-Geral, órgão central e permanente da OEA sediado em Washington, D.C. O Secretário-Geral, eleito pela Assembleia Geral, dirige a Secretaria-Geral, figura como seu representante legal e participa com direito a palavra, mas sem voto, de todas as reuniões da Organização. Compete ao Secretário-Geral estabelecer as dependências necessárias à Secretaria-Geral, determinar o número de funcionários, nomeá-los e regulamentar suas atribuições e deveres.

2.1 GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL

O Gabinete do Secretário-Geral apoia as funções de alta direção correspondentes ao Secretário-Geral vinculadas com a promoção das relações econômicas, sociais, jurídicas, educativas, científicas e culturais nos Estados membros da Organização.

Durante 2013 o Gabinete do Secretário-Geral apoiou e complementou as atividades realizadas pelos diversos órgãos, secretarias, departamentos e escritórios da Organização. Igualmente efetuou pesquisas, preparou os discursos do Secretário-Geral e serviu de ligação com as Missões Permanentes, agências dos governos e sociedade civil. Do mesmo modo, organizou as missões do Secretário-Geral fora da Sede, suas visitas oficiais a chefes dos Estados membros e sua participação em conferências ministeriais e outras conferências internacionais e eventos.

Escritório do Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral

2.1.1 Secretaria de Cúpulas das Américas

A Secretaria de Cúpulas das Américas (SCA) desenvolveu suas atividades de acordo com os seguintes mandatos: Manutenção da memória institucional do processo de cúpulas; apoiar o país anfitrião nos preparativos das cúpulas; facilitar o acompanhamento dos mandatos das cúpulas; prestar apoio técnico ao Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC); coordenar as atividades do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas (GTCC); coordenar a participação dos atores no Processo de Cúpulas e fortalecer os vínculos entre a cúpula e os diferentes processos ministeriais interamericanos.

Em janeiro de 2013 realizou-se a cerimônia para a transferência da Presidência do processo de Cúpulas com a entrega do Inukshuk por parte do Governo da Colômbia ao Governo do Panamá. Desde esse momento a Secretaria de Cúpulas vem acompanhando e apoiando o Governo do Panamá para iniciar

os preparativos para a realização da Sétima Cúpula das Américas. Durante 2013 foi realizada uma reunião Ministerial do GRIC, no âmbito das sessões da Assembleia Geral da OEA. Nesta reunião as instituições do GTCC e os Estados apresentaram os avanços na implementação dos mandatos das Cúpulas.

Durante 2013 o GTCC se reuniu ativamente para fortalecer os vínculos entre os processos ministeriais interamericanos e o processo de Cúpulas, fazendo o acompanhamento dos mandatos dos processos ministeriais e das atividades que as respectivas instituições executaram em cumprimento desses mandatos. Com este esforço procura-se não só fortalecer o vínculo dos processos ministeriais com as Cúpulas, mas também fortalecer o papel do GTCC dentro do processo de Cúpulas.

Dando continuidade ao Programa de Implementação da Sexta Cúpula iniciado em 2012, a Secretaria de Cúpulas continuou trabalhando com os Estados e as instituições do GTCC para receber contribuições sobre a implementação dos mandatos da Sexta Cúpula e a atualização do portal sobre implementação.

Em março de 2013 foram realizadas atividades com os atores sociais e a sociedade civil em seguimento à VI Cúpula das Américas, sob o tema “Conectando as Américas: Avançando Alianças para a Ação sobre a Energia, o Meio Ambiente e a Infraestrutura”. A primeira atividade foi uma consulta virtual, com o fim de facilitar uma ampla participação e complementar o diálogo sobre os assuntos posteriormente tratados em uma consulta presencial realizada em Washington, D.C. Esta consulta presencial se concentrou na fase de implementação do processo de Cúpulas e ofereceu aos participantes uma oportunidade para intercambiar ideias e compartilhar experiências relacionadas com a implementação dos mandatos da VI Cúpula. Adicionalmente, durante 2013 a Secretaria de Cúpulas ofereceu o uso da Comunidade Virtual de Cúpulas a diferentes áreas da OEA para que se promovesse a ampla participação dos atores sociais nos diferentes processos de consulta que a Organização realiza.

A Secretaria de Cúpulas continuou com sua estratégia de comunicação para difundir informação e despertar conscientização acerca do processo, distribuindo informação sobre o impacto dos mandatos implementados pelos Estados e o GTCC e continuando com sua presença no uso da mídia social, Internet e imprensa.

2.1.2 Departamento de Assessoramento Jurídico

O Departamento de Assessoramento Jurídico (DAJ) está subordinado ao Gabinete do Secretário-Geral. Seu Diretor é Assessor Jurídico do Secretário-Geral. O DAJ presta assessoria aos órgãos políticos, à Secretaria-Geral, aos organismos especializados e a outras entidades.

- i. Órgãos políticos: Assembleia Geral (AG); Conselho Permanente (CP), particularmente a Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP); Comissões e Missões Especiais da OEA.
- ii. Secretaria-Geral (SG): Escritórios e Chefias de Gabinete do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto; as seguintes Secretarias: SEDI, SAP, SSM, SAF, SAJ e SER; Missões Especiais, escritórios e unidades da SG nos Estados membros e o Escritório do Inspetor-Geral.
- iii. Outros órgãos, organismos especializados e entidades: CIDH, CIDI, AICD, CIM, IIN, CITEL, CICTE, CFDH, IICA, JIA, CIP, JID, Tribunal Administrativo, Trust for the Americas e YABT.
- iv. Comissões permanentes e *ad hoc* da SG: Comissão de Seguros, de Seleção e Adjudicações, de Avaliação de Projetos, de Ética, de Publicações, de Vendas, da Junta de Fideicomissários do Fundo de Benefícios Médicos, da Comissão de Aposentadorias e

Pensões e do Leo Rowe Memorial Fund. Comissões de Disciplina, de Reconsideração e de Redução de Pessoal.

O assessoramento inclui:

- i. Representação legal em litígios, arbitragens e demais disputas.
- ii. Preparação e negociação de contratos e acordos com entidades privadas, governamentais, ONGs, multilaterais, Estados membros, Observadores Permanentes, de natureza comercial, imobiliária, de cooperação, de observação eleitoral, entre outros.
- iii. Aplicação do direito internacional e do direito dos Estados membros e das normas da Secretaria-Geral a assuntos tributários, trabalhistas, migratórios, de propriedade intelectual, de falência, sobre privilégios e imunidades, contratuais e comerciais, entre outros.
- iv. Elaboração de normas da Secretaria-Geral e demais órgãos da Organização, tais como ordens executivas, memorandos administrativos, entre outros.
- v. Condução e participação em investigações internas.
- vi. Assessoramento em áreas especializadas, tais como legislação eleitoral, propriedade intelectual, fideicomissos, direito tributário e pensões.
- vii. Participação em conferências e contatos com setores multilaterais públicos e privados.

- **Atividades**

O DAL atendeu aproximadamente 2.000 assuntos, emitiu mais de 1.200 pareceres jurídicos escritos e aproximadamente 650 verbalmente. Prestou assessoramento em mais de 400 reuniões.

Entre outros:

- i. Defendeu com êxito o Secretário-Geral ante uma demanda no Tribunal Administrativo.
- ii. Celebrou acordos conciliatórios com funcionários e ex-funcionários.
- iii. Nas cortes locais do país-sede, defendeu com êxito a Secretaria-Geral, com base em seus privilégios e imunidades, frente a uma demanda da esposa de um ex-funcionário.
- iv. Argumentou com êxito frente ao Tribunal Administrativo para exigir uma fiança de mais de US\$ 8.000 de uma ex-funcionária que demandou o Secretário-Geral com relação à terminação de seu contrato contínuo.
- v. Assessorou a SAF, a CAAP e a seus grupos de trabalho em assuntos administrativos, orçamentários e processuais.
- vi. Assessorou a Secretaria-Geral na modificação de suas normas financeiras.
- vii. Colaborou com o Inspetor-Geral em várias investigações e interpretações.
- viii. Assessorou a CIM na negociação e assinatura de acordos com órgãos judiciais de vários Estados membros.
- ix. Assessorou a CITEI na modificação de seu estatuto e regulamento.
- x. Assessorou o CIDI na modificação de suas normas.

2.1.3 Escritório do Cerimonial

O Escritório do Cerimonial planeja e coordena as cerimônias oficiais dos órgãos políticos da Organização, do Conselho Permanente, do Secretário-Geral, do Secretário-Geral Adjunto e dos departamentos da Secretaria-Geral. É o elemento de ligação entre as Missões Permanentes e o Departamento de Estado em assuntos que dizem respeito ao registro, vistos, privilégios e imunidades do pessoal diplomático das Missões. Organiza e coordena o uso do Edifício Principal para funções de caráter protocolar ou sociocultural.

- **Protocolo e Cerimonial**

Foram organizadas sessões protocolares para as visitas dos Chefes de Estado do Peru, Colômbia, Grenada e Paraguai e do Secretário-Geral das Nações Unidas e prestou-se apoio nas sessões extraordinárias que o Conselho Permanente convocou. Foram organizadas cerimônias e sessões protocolares para o Dia das Américas, para o aniversário de Simón Bolívar e para comemorar o Descobrimento da América - Encontro de Dois Mundos. Coordenou-se a apresentação de credenciais dos Representantes Permanentes de El Salvador, Panamá, Bahamas, México, Grenada, Argentina, República Dominicana, Paraguai e Peru, bem como a apresentação de credenciais do Observador Permanente da França e as visitas de cortesia de vários países observadores. Organizaram-se recepções para a despedida dos embaixadores de Grenada, México, Equador, Paraguai, Peru e República Dominicana. Coordenaram-se as cerimônias de mudança do Presidente do Conselho. Cartas de felicitação pelo dia nacional foram preparadas e enviadas aos Representantes Permanentes e Observadores Permanentes.

Sob a coordenação do Escritório do Cerimonial foram realizadas seis “Semanas dos Países”. Trata-se de um programa que destina aos países-membros e observadores uma semana durante a qual realizam eventos culturais ou acadêmicos. Prestou-se apoio de tipo protocolar a algumas das inaugurações das exposições do Museu de Arte das Américas. Com pouquíssimas exceções, todas as cerimônias de assinatura, depósito e ratificação de protocolos e outros acordos entre a Organização e países-membros e outras entidades foram organizadas por este escritório, que se elevaram a 52.

Durante o Quadragésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral, em La Antigua, Guatemala, colaborou-se estreitamente com o país-sede na organização da cerimônia de abertura. Coordenaram-se 93 reuniões bilaterais. Além de organizar assinaturas e cerimônias, organizaram-se dois almoços institucionais, dois cafés da manhã e uma recepção oferecida pelo Secretário-Geral e pelo Secretário-Geral Adjunto para aproximadamente 500 convidados. A organização da recepção implicou negociar com fornecedores e contratar seus serviços, bem como imprimir e enviar os convites e coordenar com a Secretaria de Relações Exteriores da Guatemala e com os organismos de segurança do país-sede.

- **Administração do Edifício Principal**

O Escritório do Cerimonial administra o uso do Edifício Principal da OEA em Washington, D.C. O processo relativo ao uso privado das instalações compreende o estabelecimento de um contrato escrito entre a Organização e o usuário, coordenar todo o apoio logístico ao evento por parte da OEA e fazer o acompanhamento da cobrança ao usuário. Durante o ano foram realizadas 94 recepções, almoços, jantares e conferências e a arrecadação esperada pelo aluguel do edifício durante 2013 se eleva a US\$ 356.978,00. Durante todo o ano prestou-se apoio à Organização de Mulheres das Américas (OMA), que reúne as diplomatas da OEA, particularmente para o Festival de Comida das Américas e o Jantar de Gala. Adicionalmente, o Escritório organizou e coordenou os eventos oficiais realizados no Edifício Principal e na residência do Secretário-Geral.

- **Apoio às Missões Permanentes e à Secretaria-Geral e articulação com o Departamento de Estado**

O Escritório do Cerimonial revisou e ingressou no sistema ‘e-gov’ - estabelecido pelo Departamento de Estado para a apresentação de pedidos – cerca de 5.100 pedidos feitos pelas Missões Permanentes e seu pessoal. Os pedidos incluem credenciamentos, mudanças e renovações de vistos e extensões de estadias, autorizações de trabalho e sua renovação, importação e aquisição de artigos isentos de impostos, autorização de trabalho para dependentes, obtenção e renovação de cartões de isenção de

imposto e de carteiras de motorista e pedidos relacionados com o registro, renovação de registros, verificação de seguros, venda ou exportação de veículos. Foram redigidas e enviadas cartas a consulados americanos solicitando vistos no exterior para pessoal e outros relacionados com as Missões Permanentes. Foram tramitados vistos para altos funcionários da OEA e 500 cartas para carteira de motorista para pessoal da OEA e para pessoal não diplomático das Missões Permanentes. O escritório serviu de ligação com o Escort Service do Departamento de Estado e com as linhas aéreas na obtenção de serviços para as viagens do Secretário-Geral nos Estados Unidos.

Durante o ano também foram organizadas cinco visitas à Casa Branca para Embaixadores Permanentes.

- **Catálogo de Missões**

O “Catálogo de Missões, Chefes de Estado, Altos Funcionários de Governo, Órgãos da OEA e Entidades Afiliadas” foi atualizado e publicado através da Intranet da OEA. Manteve-se um calendário mensal de atividades no edifício e a cada duas semanas se publica a Gazeta Diplomática.

- **Notas Verbais**

O Escritório enviou notas verbais às Missões e ao Departamento de Estado para informar acerca de trâmites e requerimentos relacionados a credenciamentos, veículos, uso do Edifício e felicitações pelo dia nacional.

2.2 GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Nos termos do artigo 115 da Carta da OEA e de acordo com as ações e as políticas decididas pela Assembleia Geral e as respectivas resoluções dos Conselhos, o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto exerce as funções de Secretaria do Conselho Permanente, presta serviços de consultoria ao Secretário-Geral e desempenha as atividades por este solicitadas.

- **Responsabilidades temáticas e técnicas**

Haiti

A Organização dos Estados Americanos não deixou de apoiar o Haiti em 2013 com mecanismos e iniciativas novas e já existentes. Foram apoiados mais de 10 projetos que abrangem áreas como o desenvolvimento de capacidades em comércio e investimento, fomento de capacidades institucionais em mediação e diálogo, consolidação do marco jurídico para as pessoas com deficiência, programa de bolsas, apoio ao Escritório Nacional de Identificação para as eleições locais e legislativas, turismo e projetos da CICAD. A OEA canalizou cerca de US\$ 1,6 milhão para esses projetos em 2013, além do considerável apoio e conhecimentos técnicos do pessoal da Secretaria. A avaliação e revisão desses projetos em andamento e o apoio técnico foram coordenados nas reuniões realizadas com pelo Grupo de Trabalho sobre o Haiti, integrado por gerentes de projeto, diretores e pessoal de apoio, dirigidos pelo Secretário-Geral Adjunto, Albert Ramdin.

Além disso, a OEA convocou reuniões do Grupo de Amigos do Haiti em Washington, D. C., integrado por Estados membros, observadores permanentes, representantes de instituições interamericanas e outras partes interessadas. A missão desse Grupo é avaliar e responder aos acontecimentos no Haiti. Suas reuniões são também uma plataforma para que a Missão Permanente do Haiti atenda e responda a questões específicas e estabeleça um diálogo com seus aliados.

Em 2013, a OEA deu continuidade ao diálogo estabelecido com diversos grupos de atores no Haiti, inclusive representantes do Governo, senadores, deputados, ministros de Estado e representantes da sociedade civil. As autoridades da OEA, representados pelo Secretário-Geral Adjunto, também mantiveram contato direto e constante com outras partes interessadas importantes no país.

Em 2013, a OEA tomou nota da decisão do Tribunal Constitucional da República Dominicana com respeito à nacionalidade das pessoas de ascendência haitiana nascidas na República Dominicana. Depois de uma sessão do Conselho Permanente, uma missão da CIDH viajou a esse país para avaliar as repercussões desta decisão. A OEA continua monitorando a situação e as medidas tomadas até o momento.

Nessa oportunidade, o Secretário-Geral Adjunto se dirigiu ao governo e ao povo do Haiti na inauguração do fórum governamental sobre reinserção social das pessoas com deficiência, organizado pelo Governo haitiano em colaboração com a OEA e apoiado pela Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID). A OEA e a USAID se associaram com o governo haitiano com o fim de reforçar o marco jurídico para garantir a igualdade de direitos e tratamento das pessoas com deficiência.

Juventude

Durante 2013, o Escritório do Secretário-Geral Adjunto (OSGA) trabalhou em duas vertentes em apoio à juventude nas Américas. Por um lado, continuou com seu trabalho de consolidação das alianças estratégicas com organizações intergovernamentais e líderes do setor privado a fim de ampliar o alcance das atividades da OEA relativas aos jovens. Igualmente, por intermédio do Grupo de Trabalho Interdepartamental sobre a Juventude, a OSGA participou em diversos projetos e programas relativos a este importante tema.

- Modelo da Assembleia Geral da OEA (MOEA/MOAS):

O Programa da Assembleia Geral da OEA para estudantes do Hemisfério (MOEA) foi transferido ao Gabinete do Secretário-Geral Adjunto em 1º de janeiro de 2013. Durante 2013 foram executados oito Modelos: 2 para universidades (1 hemisférico e 1 principalmente para universidades dos Estados Unidos); 3 para estagiários da OEA; 1 para colégios secundários dos Estados Unidos; e 2 nacionais para colégios secundários (1 na República Dominicana e 1 na Colômbia). Mediante a organização desses Modelos, em 2013 a SG/OEA cumpriu seu propósito de promover os valores democráticos e difundir o trabalho da OEA entre 1.741 estudantes do Hemisfério.

Escritório do Chefe de Gabinete do Secretário-Geral Adjunto

2.2.1 Departamento de Gestão de Conferências e Reuniões

O Departamento de Gestão de Conferências e Reuniões (DGCR) é integrado pelas Seções de Conferências, Idiomas e Documentos. Seu trabalho primordial é proporcionar eficientemente à Organização uma ampla gama de serviços indispensáveis para a realização bem-sucedida de suas conferências e reuniões.

- **Seção de Conferências**

Em 2013 foram realizadas 36 videoconferências. Adicionalmente, apoiou-se a realização de 94 videoconferências através de Adobe Connect.

- **Seção de Idiomas**

O DGCR proporcionou serviços de interpretação simultânea nos quatro idiomas oficiais para 507 reuniões de órgãos, organismos e entidades da Organização, na sede e nos Estados membros. Além disso, foram recebidos e processados 4.500 pedidos de tradução, representando um total aproximado de 7,4 milhões de palavras traduzidas aos quatro idiomas oficiais da Organização.

- **Seção de Documentos**

Durante 2013 a Seção de Documentos reproduziu e distribuiu documentos oficiais da Organização, incluindo a impressão de documentos originais, cópia, distribuição e armazenamento eletrônico. Além disso, foram impressos 500 exemplares do livro “De Cartagena para o futuro, VI Cúpula das Américas”, 500 exemplares do folheto “Trabalhando em Benefício dos Cidadãos das Américas”, 200 exemplares da “Carta Social das Américas” e 100 exemplares do folheto “Strategic Plan for Mobilization of External Funds in the OAS with Permanent Observers and Voluntary Donors”, entre outros livros, folhetos e trabalhos especiais.

2.2.2 Escritório de Coordenação dos Escritórios e Unidades da Secretaria-Geral nos Estados membros

A partir de 19 de junho a coordenação dos Escritórios e Unidades da Secretaria-Geral nos Estados membros foi transferida para outra área da Secretaria-Geral. Até essa data o Escritório de Coordenação ampliou e consolidou o papel político e técnico dos Escritórios nos Países proporcionando ajuda na formulação e execução de projetos, apoio político, missões de observação eleitoral e análise.

- **Comunicação e difusão**

O site implementado em 2012 se converteu na principal porta de entrada da OEA e em uma excelente ferramenta de informação sobre as atividades, programas e projetos dos Estados membros. A difusão do Fundo Rowe, Fundo de Bolsas e Departamento de Educação e Cultura através do site dos Escritórios nos Países é um exemplo disso.

- **Administração e finanças**

Continuou a colaboração entre o Escritório de Coordenação e as áreas da SAF e o trabalho em iniciativas novas, como orçamentos uniformes e inteligência operacional, requisições anuais e programa-piloto de conciliação bancária.

- **Comissão de Avaliação de Projetos**

Com a finalidade de identificar o papel que os Escritórios desempenham na execução de programas e projetos nos Estados membros, o Escritório de Coordenação trabalhou com a Comissão de Avaliação de Projetos para que se incluía um quadro no formulário de avaliação de projetos.

- **Capacitação e desenvolvimento**

O Escritório de Coordenação trabalhou com diversas áreas da Secretaria a fim de dar capacitação segundo as necessidades:

- Capacitação para os escritórios no uso do novo sistema RBCS (para contratos CPR) utilizando Adobe Connect.
- Espaço de colaboração com os Escritórios Nacionais (NOCS), que funciona como uma unidade de disco compartilhado em nuvem que facilita o intercâmbio de informação e permite aos usuários obter informação mais atualizada. Até a data deste relatório, mais de 140 funcionários em 28 escritórios e em 8 departamentos da sede tinham acesso a NOCS.
- Sistema de Avaliação do Desempenho: contínua comunicação com o DRH sobre a implementação do sistema PES nos Escritórios nos Países.
- Programa de estágios: integração dos Escritórios a este programa.

2.2.3 Biblioteca Colombo

A Biblioteca Colombo, criada pela Primeira Conferência Internacional Americana em 18 de abril de 1890, é depositária da memória institucional da Organização dos Estados Americanos, da União Pan-Americana e do sistema interamericano.

- **Serviços de referência e pesquisa**

A Biblioteca Colombo recebe, classifica e prepara os índices de todos os documentos oficiais da OEA e em 2013 a Unidade respondeu a 1.653 pedidos de referência para os documentos da OEA e da União Pan-Americana. Prestou-se assistência técnica no uso de 68 códigos de classificação para 147 pedidos de Número Internacional Normalizado de Livros (ISBN) e 89 pedidos de dados da publicação (CIP) para novas publicações da OEA. Com relação à “Política de Acesso à Informação” da Organização, 257 pedidos de informação foram atendidos.

- **Serviço de controle de documentos**

A Biblioteca Colombo recebe, classifica e prepara os índices de todos os documentos oficiais da OEA e em 2013 a Unidade respondeu a 1.653 pedidos de referência para os documentos da OEA e da União Pan-Americana. Prestou-se assistência técnica no uso de 68 códigos de classificação para 147 pedidos de Número Internacional Normalizado de Livros (ISBN) e 89 pedidos de dados da publicação (CIP) para novas publicações da OEA. Com relação à “Política de Acesso à Informação” da Organização, 257 pedidos de informação foram atendidos.

- **Projeto de Biblioteca Digital Mundial**

A UNESCO e 32 instituições participantes lançaram a Biblioteca Digital Mundial (WDL) em 2009 e a Biblioteca Colombo foi selecionada como contribuinte inicial. O site www.wdl.org oferece materiais culturais únicos de bibliotecas e arquivos de todo o mundo, incluindo mapas, livros raros, filmes, fotografias, desenhos arquitetônicos e outros materiais culturais importantes. Em 2013 a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos digitalizou e acrescentou 30 mapas históricos da coleção da OEA ao WDL.

- **Doações**

A Biblioteca Colombo continuou aceitando doações adequadas à Política de Aquisição, sendo estas um grande suplemento do orçamento inadequado da Biblioteca. Durante 2013 recebemos doações de particulares e do Brasil, Canadá, Costa Rica, Dominica, Espanha, Guatemala, Jamaica, México, Panamá, Peru, Republica Dominicana e Venezuela.

- **Exposições**

A Biblioteca Colombo montou várias exposições em 2013, incluindo: Guatemala: História, Natureza e Cultura; Celebrando o Dia da Francofonia; o Caribe e a OEA (incluindo um breve vídeo celebrando o Mês da Herança Caribenha); Livros Raros da Espanha; Costa Rica; Cozinha Caribenha; A Independência de Dominica; Peru e os peruanos na agenda hemisférica; Panamá e o Canal do Panamá, Doação de Livros pela Primeira- Dama do Panamá.

- **Grupo de Amigos da Biblioteca Colombo**

O grupo, estabelecido em 1994, é composto pelos Embaixadores das Missões Permanentes e Missões de Observadores Permanentes. Seu papel é ajudar a Biblioteca a realizar atividades e promover seus programas para gerar interesse. Em 2013 o grupo reuniu-se frequentemente, com várias cerimônias de doação de livros, 'happy hour' e fóruns de debate, incluindo o Legado Cultural da Cozinha Caribenha e doação e discussão com o Embaixador Jorge Sáenz Carbonell, da Costa Rica. O grupo é presidido pelo Embaixador Allan Culham, Representante Permanente do Canadá.

2.3 SECRETARIA DE ASSUNTOS POLÍTICOS

Criada em 2006, a Secretaria de Assuntos Políticos (SAP) tem por missão contribuir ao fortalecimento dos processos políticos dos Estados membros, em particular a manutenção da democracia como a melhor opção para garantir a paz, a segurança e o desenvolvimento. Concentra suas ações em fortalecer o papel da Organização como eixo central do sistema Interamericano no campo político e contribuir ativamente à manutenção da democracia nos Estados membros. Além do Escritório Executivo do Secretário de Assuntos Políticos, a SAP é composta pelo Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral (DECO), o Departamento de Sustentabilidade Democrática e Missões Especiais (DSDME) e o Departamento de Gestão Pública Efetiva (DGPE). Entre as suas prioridades destacam-se: a realização de Missões de Observação Eleitoral (MOEs) e apoio aos Estados membros que queiram melhorar seus sistemas eleitorais; a prevenção e atenção de crises e solução pacífica de controvérsias entre Estados; e o desenvolvimento de programas de fortalecimento da institucionalidade democrática nos países-membros, incluindo os programas sobre financiamento eleitoral, apoio à gestão pública eficiente, governo eletrônico e identidade civil.

2.3.1 Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral (DECO)

Em 2013 foram enviadas Missões de Observação Eleitoral ao Equador (fevereiro), Grenada (fevereiro), Paraguai (abril) e Honduras (novembro).

Foram publicadas duas novas metodologias para observar temas relacionados com a transparência e equidade nos processos eleitorais: a metodologia para a observação dos sistemas de financiamento político-eleitoral e a metodologia para a incorporação da perspectiva de gênero nas MOEs. Publicou-se um estudo com o título “Ciclo Eleitoral 2007-2012 nas Américas: um Balanço da Secretaria-Geral da OEA”, que permite identificar as áreas prioritárias que requerem melhoras para que a OEA possa contribuir mais efetivamente ao fortalecimento dos processos político-eleitorais no Hemisfério.

Realizou-se no México a sexta edição das Jornadas Internacionais Eleitorais em colaboração com o Instituto Federal Eleitoral do México e IDEA Internacional. Em associação com o Portal Educativo das Américas, FLACSO-Chile e o Instituto Federal Eleitoral do México, realizou-se a Segunda Edição do Curso em Processos Eleitorais nas Américas. A pedido do Conselho Nacional Eleitoral do Equador, realizou-se uma versão especial do curso através da qual foram capacitados 28 funcionários dessa instituição.

O DECO participou como convidado na última reunião da subcomissão para a América Latina da Comissão de Veneza. Além disso, a OEA, por intermédio do DECO, assinou acordos com a Universidade de Salamanca, a Universidade de Georgetown e o Observatório Político para a América Latina e o Caribe (OPALC), para colaborar em pesquisas, metodologias de observação, produção, difusão e intercâmbio de conhecimento.

Durante 2013 foram implementados dez projetos de cooperação técnica eleitoral, inclusive: Assessoria para a implementação do voto eletrônico na Costa Rica; Acompanhamento das atividades da Comissão Técnica de Alto Nível do Tribunal Supremo Eleitoral de Honduras; Assistência na implementação de um novo sistema digital de transmissão de resultados eleitorais preliminares no Paraguai; Organização de um seminário internacional sobre voto eletrônico no Peru. Além disso, efetuou-se um diagnóstico sobre as brechas de cumprimento dos requisitos da norma DIS ISO 17582 no Equador e Peru e implementou-se um sistema de gestão de qualidade e certificação sob normas ISO na Junta Central Eleitoral da República Dominicana.

Em matéria de registro eleitoral, a OEA assinou um Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal Supremo Eleitoral de El Salvador e avaliou o processo de registro de eleitores em Granada. No âmbito do projeto de sistematização de sentenças judiciais em matéria eleitoral, foram publicados três volumes, desenvolveu-se o Portal de Jurisprudência Eleitoral Latino-Americano e realizou-se a terceira reunião do Grupo de Trabalho de Jurisprudência Eleitoral.

Realizou-se a primeira edição da Escola de Observação Eleitoral em Salamanca, na qual foram capacitadas 54 pessoas provenientes de 25 países. No âmbito do acordo entre a OEA e o MAEC/AECID, também se realizou um curso presencial para fortalecer as capacidades dos coordenadores regionais das MOEs, no qual participaram 19 pessoas de países da América Latina, Alemanha, Canadá e Espanha.

2.3.2 Departamento de Gestão Pública Efetiva (DGPE)

Durante 2013 o DSDME fez o acompanhamento e análise de acontecimentos políticos na região. Além disso, prestou apoio em matéria de análise político-eleitoral às MOEs do Equador, Paraguai e Honduras. Colaborou, junto com o sistema das Nações Unidas, na organização da Missão de Líderes Latino-Americanos a Honduras com o propósito de estabelecer um processo de diálogo com os candidatos presidenciais para garantir um processo eleitoral transparente e a governabilidade democrática após as eleições. Além disso, em colaboração com o PNUD, apoiou um processo de diálogo nacional no Paraguai, que concluiu com a assinatura de um acordo de governabilidade democrática (“Acordo por Paraguai”) entre o Presidente Horacio Cartes e os representantes dos principais partidos políticos.

O DSDME facilitou a capacitação de funcionários da SG/OEA em diversos temas e se construiu um módulo sobre diálogo democrático no âmbito do Seminário sobre a CDI. Além disso, prestou-se assistência técnica a diversas instituições do Peru, Haiti, Guatemala, Equador e Paraguai, no fortalecimento da capacidade institucional em prevenção, manejo e resolução de conflitos. Avançou-se também na geração de alianças estratégicas nesses âmbitos; em particular estendeu-se o plano de trabalho com a Unidade de Mediação do Departamento de Assuntos Políticos da ONU e se elaborou o Guia Prático de Diálogo Democrático com o PNUD, apresentado durante a 53ª Mesa-Redonda de Políticas da OEA.

A Missão de Apoio ao Processo de Paz (MAPP/OEA) continuou seu apoio aos processos de justiça transicional e reparação integral a vítimas da violência na Colômbia, incluindo a restituição de terras e territórios. Além de assessorar o governo nestas matérias, foram proporcionados espaços de diálogo, consenso e debate entre os diversos atores relacionados com os processos no âmbito regional e nacional e monitorou-se a reintegração de ex-combatentes. O mandato da MAPP/OEA foi renovado até 2015.

O DSDME continuou com a facilitação na disputa territorial entre Belize e Guatemala, depois da suspensão das consultas populares. Especificamente, acompanharam-se os governos de Belize e Guatemala e facilitou-se uma série de encontros bilaterais com os chanceleres, vice-ministros, legisladores, autoridades eleitorais, representantes de comércio, entre outros. Ao finalizar o ano, os chanceleres de ambos os países, na presença do Secretário-Geral, adotaram um Plano de Ação para fortalecer a relação bilateral com o fim de criar o clima de confiança necessário para fixar uma nova data para a realização das consultas populares.

Entre as atividades de apoio às instituições representativas realizadas durante 2013 destacam-se um encontro de jovens líderes das Américas na Colômbia; cinco seminários sobre as parcerias público-privadas e a atividade legislativa; e um seminário legislativo sobre segurança pública, realizado na Costa Rica por ocasião da apresentação do Relatório de Drogas elaborado pela SG/. A OEA também teve um

papel central nos trabalhos da iniciativa de Parlamento Aberto, dentro da Aliança para o Governo Aberto, sendo a primeira organização internacional a lançar um curso on-line sobre Parlamento Aberto e sua Avaliação. Ao longo do ano, foram formalizadas várias alianças destinadas a concretizar iniciativas no campo legislativo com o Instituto Tecnológico Autônomo do México, a Fundación Ciencias de la Documentación da Espanha, o Instituto Nacional Democrata e a Organização Pan-Americana da Saúde.

2.3.3 Departamento de Sustentabilidade Democrática e Missões Especiais (DSDME)

Durante 2013 o Programa de Universalização da Identidade Civil nas Américas (PUICA) aplicou aproximadamente US\$ 1.122.000 em projetos de registro civil em 13 países da região. Além disso, publicou-se uma metodologia para a instalação de sistemas de registro hospitalar. O DGPE implementou igualmente três projetos de cooperação técnica em El Salvador e Costa Rica, orientados a contribuir à obtenção de instituições públicas mais transparentes, efetivas e com mecanismos de participação dos cidadãos, de acordo com o enfoque de governo aberto. Adicionalmente, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de estratégias de governo eletrônico por parte de municípios, o Programa de Modernização da Gestão Municipal implementou o projeto Munet e-Governo em 15 municípios do Departamento de Oruro, Bolívia.

Com relação às iniciativas para a gestão pública efetiva, destacam-se o lançamento do Prêmio Interamericano sobre Inovação na Gestão Pública; o desenvolvimento de um banco de informação com experiências inovadoras em gestão pública no âmbito central e local; e o desenvolvimento de guias sobre estratégias e metodologias sobre gestão pública para 18 países da região.

O Campus Virtual, com 35 cursos, capacitou 1.562 funcionários públicos. Durante este ano, desenvolveu-se um curso virtual sobre registro civil e lançou-se outro curso sobre uso das redes sociais para funcionários públicos.

O DGPE organizou quatro reuniões regionais e cinco sub-regionais:

- Encontro Anual do Conselho Latino-Americano e do Caribe sobre Registro Civil, Identidade e Estatísticas Vitais (CLARCIEV).
- IX Conferência e Reunião Interamericana sobre Compras Governamentais (RICG).
- Seminário sobre Modernização da Gestão Municipal.
- Seminário Sub-Regional sobre Acesso à Informação Pública.
- Encontro Centro-Americano de Autoridades de Registro Civil.
- Encontro sub-regional entre Colômbia, Equador e Peru sobre cooperação em temas de registro civil.
- Encontro RICG do Grupo de Trabalho de Indicadores em Compras Públicas nas Américas.
- Seminário RICG sobre Leilão Inverso.
- Conferência Internacional e Seminário RICG sobre Acesso das MPME nas compras públicas.

Em matéria de cooperação com outros organismos internacionais, destacam-se as iniciativas com o BID em governo eletrônico, compras públicas e apoio à realização dos encontros do CLARCIEV e da RICG; o trabalho com a OCDE na provisão de documentos e quadros analíticos em gestão pública; o apoio da CAF na realização do Seminário sobre Modernização da Gestão Municipal; o apoio do UNICEF na realização da Conferência Regional sobre Direito à Identidade e o Registro Universal de Nascimentos; o apoio de CLAD na realização do Prêmio Interamericano sobre Inovação na Gestão Pública; e o financiamento do PNUD no projeto de registro civil no Haiti.

2.4 SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL (SEDI)

A Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI) é a repartição da Secretaria-Geral encarregada de apoiar o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) e seus órgãos subsidiários. Sua missão deriva da Carta da OEA, do Estatuto e Regulamento do CIDI e de seus órgãos subsidiários e do Plano Estratégico de Cooperação Solidária para o Desenvolvimento 2006-2009 (ainda vigente). Sua estrutura é regulada pela Ordem Executiva 08-01 Rev. 6 e responde a mandatos da Assembleia Geral, do CIDI, das Cúpulas das Américas e dos instrumentos da Organização, bem como de pedidos pontuais de cooperação de assistência técnica por parte dos Estados.

Durante 2013 a SEDI reduziu o número de seus departamentos a três. A partir de dezembro de 2013 a Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL) passou a fazer parte desta Secretaria. Além disso, estabeleceu-se uma seção de Cooperação Técnica no Escritório do Secretário Executivo. Durante o ano entregaram-se relatórios periódicos ao CIDI e editou-se um boletim de notícias mensal, *noticiasSEDI*.

• **Diálogo político em matéria de desenvolvimento**

A SEDI apoiou as seguintes reuniões de Ministros e Altas Autoridades e de Comissões Interamericanas: XXI Congresso Interamericano de Ministros e Altas Autoridades de Turismo (San Pedro Sula, Honduras, 5 e 6 de setembro); VII Fórum de Competitividade das Américas (FCA) e Reunião Anual da Rede Interamericana de Competitividade (RIAC) (Panamá, 2-4 de outubro); XVIII Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT) e seu 50º aniversário (Medellín, Colômbia, 11 e 12 de novembro); III Diálogo Interamericano de Altas Autoridades das MPME (micro, pequenas e médias empresas) (Brasília, Brasil, 11 e 12 de novembro); V Reunião da Comissão Interamericana de Cultura (CIC), (sede da OEA, 21 e 22 de março); VIII Reunião da Comissão Interamericana de Portos (CIP) (Cartagena, Colômbia, 10-13 de outubro); VIII Reunião Ordinária da Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia (COMCYT), (sede da OEA, 14 e 15 de novembro). Em todos os casos, os Estados participaram em nível ministerial ou vice-ministerial. Com exceção da reunião das MPME, já se conta com ofertas de sede para os próximos dois ou três encontros. Expressou-se apoio para as redes temáticas que proporcionam um mecanismo permanente de cooperação e um intercâmbio de experiências e melhores práticas.

Durante o ano foram apresentados o "Relatório Regional. Trabalho Decente e Igualdade de Gênero", pela OIT e a ONU, e "Melhores Pensões, Melhores Trabalhos", pelo BID.

• **Fortalecimento de capacidades**

Adiante, ressaltam-se os mais importantes programas na área de educação, política energética, gestão integrada dos recursos hídricos e desenvolvimento da pequena empresa. Uma lista completa encontra-se no Plano de Trabalho Anual da SEDI, CIDI/doc.70/13.

- Desenvolvimento Acadêmico – Foram concedidas 1.744 bolsas a estudantes dos Estados membros mediante o Programa de Bolsas e Capacitação da OEA, o Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC), o Programa de Bolsas de Desenvolvimento Profissional, Programa de Bolsas para Haiti, a Bolsa MacLean para a Mulher Peruana e o Programa de Bolsas Especiais para o Caribe Anglófono (SPECAP). Como resultado dos programas e ofertas de formação on-line, em 2013 mais de 200.000 pessoas foram beneficiadas.
- Formação de Professores – A Rede Interamericana de Educação Docente (RIED) chegou a mais de 18.000 usuários ativos dentro e fora das Américas, que prestam assistência

através do intercâmbio de conhecimentos, experiências e estratégias e se beneficiam das oportunidades de desenvolvimento profissional. Lançou-se o “Colaboratório Interamericano para a Profissão Docente (Co-PED)”, um banco de conhecimento multilíngue de acesso aberto. Coordenou-se a primeira visita de estudo para o intercâmbio de conhecimentos na profissão docente em Santo Domingo, República Dominicana.

- Micro, pequenas e médias empresas (MPME) – Foram estabelecidos pequenos centros de desenvolvimento empresarial em Barbados, Belize, Dominica, Jamaica e Santa Lúcia em colaboração com a Universidade do Texas em San Antonio, a Agência de Desenvolvimento das Exportações do Caribe (Caribbean Export) e o governo dos Estados Unidos por intermédio de sua Missão Permanente junto à OEA. Pequenas empresas da América Central receberam capacitação sobre as tecnologias da informação e comunicação (TIC) em cooperação com o Centro Regional do Sistema da Integração Centro-Americana para a promoção das MPME (CENPROMYPE). Em colaboração com o Portal Educativo das Américas da OEA e a Escola de Negócios Cave Hill da Universidade das Índias Ocidentais, lançou-se uma ferramenta on-line sobre o uso da Internet e a mídia social para ampliar as oportunidades de mercado desenhada para as MPME do Caribe.
- Responsabilidade Social Empresarial (RSE) – Pequenas e médias empresas de Honduras, Equador, Costa Rica e México foram capacitadas no desenvolvimento de planos de ação de RSE desenhados de acordo com suas necessidades e destinados a melhorar sua competitividade e reputação e acessar novos mercados. Trabalhou-se com os parlamentos da América Central para dar um apoio técnico aos legisladores e promover a elaboração de políticas e estimular processos de gestão socialmente responsáveis.
- Gestão Integrada de Recursos Hídricos – Proporcionou-se assistência técnica aos governos da Argentina, Bolívia e Paraguai para formular uma visão estratégica para o desenvolvimento da bacia do Grande Chaco e concluiu-se o desenho do curso sobre diplomacia da água, que será ministrado como parte do plano de estudos do Instituto Tecnológico de Monterrey no México em 2014.
- Energia e Mitigação da Mudança Climática – Lançou-se a Iniciativa Caribenha de Fortalecimento da Capacidade Energética (CECBI) para colaborar com os governos do Caribe e os serviços públicos de energia no desenvolvimento de projetos de eficiência energética e implementação de programas educativos e de conscientização energética. Também foi lançada a iniciativa Produção em Ciclo Fechado no Equador, apresentada em 2012; o resultado desta iniciativa foi a entrega da certificação “Cradle to Cradle (C2C)” no uso de produtos ecológicos a uma empresa equatoriana de alimentos. Prestou-se apoio à Guatemala na preparação de um Plano de Desenvolvimento Nacional de Biocombustíveis por intermédio da Iniciativa de Biocombustíveis EUA-Brasil. Concretizou-se o Projeto Caribenho de Energia Sustentável financiado pela União Europeia, que produziu Políticas Energéticas Nacionais e Planos de Ação em Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Saint Kitts e Nevis e Santa Lúcia.
- Comunidades Sustentáveis e Gestão de Riscos – Foram concedidos US\$ 700.000 a 14 ONGs da América Central e do Caribe para o desenvolvimento de projetos comunitários sustentáveis em energias limpas, gestão de resíduos, reciclagem, resiliência a desastres naturais e transporte sustentável. No âmbito dessa iniciativa, realizou-se uma reunião de prefeitos, planejadores do desenvolvimento e sociedade civil em Antígua, Guatemala, para compartilhar experiências e melhores práticas sobre como construir cidades mais sustentáveis. Prestou-se assistência a Antígua e Barbuda, Bahamas, República Dominicana, Grenada, Haiti, Santa Lúcia, Saint Kitts e Nevis e São Vicente e Granadinas na restauração das funções dos ecossistemas de recifes de coral para o benefício dos setores de pesca e turismo. Elaborou-se um manual para o desenho, instalação e operação

do Sistema de Alerta de Inundações que foi adotado por Honduras como documento guia para seu Sistema Nacional de Alerta e servirá de base para outros Estados vulneráveis a desastres naturais. Preparou-se o projeto “Integração da perspectiva de gênero e de direitos na gestão integral de riscos de desastres nas Américas”.

- Pagamentos por Serviços Ambientais – Com a finalidade de resguardar os recursos naturais e os serviços que eles prestam, realizou-se em Copan, Honduras, o seminário “Desenho e Implementação de Esquemas de Pagamentos por Serviços Ambientais” para prefeitos da região do Trifinio em Honduras.
- Pequenos Hotéis do Caribe – Por intermédio do programa Rede de Pequenas Empresas de Turismo (STEN), foram realizados seminários nacionais de capacitação para proprietários e operadores de pequenos hotéis nos países da Organização de Estados do Caribe Oriental (OECS) visando a obter serviço e empresas de excelência.
- Patrimônio Cultural – Foi realizada a reunião de consulta de peritos do Caribe (Christ Church, Barbados, 7-9 de maio) para analisar alguns dos desafios mais sérios na conservação e gestão efetiva do patrimônio cultural com o fim de potencializar o patrimônio cultural em benefício do desenvolvimento socioeconômico.
- Inovação – Durante o “II Seminário de Inovação, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Energético Eficiente da América Central”, realizado na Guatemala, compartilharam-se com representantes do governo, a sociedade civil, o setor acadêmico e empresas prestadoras de serviços experiências orientadas a promover uma maior eficiência energética no transporte.

- **Cooperação para o desenvolvimento**

Os programas de cooperação cresceram em 2013, com cerca de 20 memorandos de entendimento e acordos assinados para facilitar a cooperação e as alianças. Além disso, através da recém-criada Seção de Cooperação Técnica da SEDI, alcançou-se uma maior coordenação e sinergia entre as áreas. Alguns exemplos:

- No âmbito da Rede Interamericana de Administração Trabalhista (RIAL) realizam-se constantes assistências técnicas destinadas a fortalecer a capacidade institucional. À guisa de exemplo, funcionários do Ministério do Trabalho da Guatemala viajaram ao Equador para aprender em primeira mão sobre seus esforços na erradicação do trabalho infantil e funcionários do México visitaram a Argentina para receber assistência técnica nos programas de seguro-desemprego.
- Em aliança com a Pontifícia Universidade Católica do Chile e a Universidade das Índias Ocidentais (Mona, Jamaica) serão oferecidos cursos em proteção social. O acordo com o Instituto Americano de Pesquisa facilitará o acesso a uma das maiores organizações do mundo de pesquisa em ciências sociais e de comportamento.
- Por meio de novos acordos assinados com o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CONACYT), Harvard Kennedy School Executive Education e a Universidade de Cuenca (Equador), serão concedidas mais de 620 bolsas para mestrado e doutorado em ciências e engenharia, bem como bolsas de desenvolvimento profissional. Esses novos acordos se unem às alianças já estabelecidas com o Grupo COIMBRA de Universidades do Brasil e outros. Vários acordos similares estão em trâmite com expectativa de realização na primeira parte de 2014.
- Estabeleceu-se um acordo de cooperação técnica com o Governo de Honduras para o desenvolvimento e execução de projetos sobre a Gestão Integrada de Recursos Hídricos na região do Trifinio.
- Dez iniciativas de cooperação entre os Estados membros para melhorar a inovação, a produtividade e a competitividade foram facilitadas através da RIAC. Como parte da

cooperação Sul-Sul, ofereceram-se espaços para compartilhar mais de 60 práticas e lições aprendidas.

- Vários acordos formais de cooperação com parceiros estratégicos ampliaram a Aliança de Energia e Clima das Américas (ECPA) com 20 instituições adicionais.
- Foi assinado na Jamaica um convênio para desenvolver e oferecer um novo Diploma de Pós-graduação para funcionários públicos no âmbito da Rede Interamericana de Proteção Social (RIPSO).
- Proporcionou-se apoio técnico à iniciativa Caminhos para a Prosperidade nas Américas, que se reuniu no Panamá em outubro no que constituiu um fórum para compartilhar experiências e melhores práticas.
- Colaborou-se com o Programa dos Capacetes Brancos da Argentina para fortalecer o Sistema Nacional de Voluntários da Coordenação Nacional para a Redução de Desastres (CONRED) na Guatemala e também com o projeto “Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção Civil” na atenção de albergues e manejo de informação logística em El Salvador.

2.5 SECRETARIA DE SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL

A Secretaria de Segurança Multidimensional (SSM) é regida pela Ordem Executiva Nº 08/01 Rev.4, emitida em 28 de fevereiro de 2011, cujo mandato incorpora o Escritório Executivo do Secretário de Segurança Multidimensional, a Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (SE/CICAD), em nível de Departamento, a Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (S/CICTE), em nível de Departamento, e o Departamento de Segurança Pública (DSP).

2.5.1 Escritório Executivo do Secretário de Segurança Multidimensional (SSM)

- **Fortalecimento de instituições de segurança nacional**

O Secretário de Segurança Multidimensional foi membro da “Comissão para Reformar a Segurança Pública em Honduras” (CRSP), que elaborou e apresentou ao Conselho Nacional de Defesa e Segurança e ao Presidente da República sete propostas de reforma, orientadas a criar uma nova estrutura dentro do Sistema de Segurança Nacional. No início de 2014 o decreto que recomendava a atuação da CRSP foi concluído.

- **Processos de pacificação social**

Há quase dois anos o Secretário-Geral aceitou ser fiador de um processo de paz entre as duas quadrilhas rivais em El Salvador. A SSM elaborou uma proposta Integral que busca passar a uma terceira fase liderada pelo governo nacional, concentrada em quatro eixos principais: Diálogo nacional de integração e pacificação social; Descongestionamento dos processos judiciais e melhoramento das condições do sistema penitenciário; Reforçar as bases locais do processo; Assistência a vítimas da violência.

- **Mecanismos e Fóruns de Cooperação**

O Secretário de Segurança Multidimensional é integrante do Conselho da Agenda Global sobre Criminalidade Organizada e Tráfico Ilícito do Fórum Econômico Mundial, onde proporciona contribuições regionais para enfrentar os problemas mais urgentes e as oportunidades de nosso tempo.

2.5.2 Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)

Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM)

A Sexta Rodada de Avaliação iniciou uma nova metodologia de avaliação baseada na implementação de 27 recomendações comuns por parte dos 34 Estados membros, derivadas da Estratégia Hemisférica sobre Drogas e seu Plano de Ação para 2011-2015. Foram realizados dois workshops regionais para capacitar as Entidades Coordenadoras Nacionais (ECNs) do MAM de cada país com o novo instrumento de avaliação e seus componentes. Desenvolveu-se uma sessão preparatória do Grupo de Peritos Governamentais (GEG) para organizar e iniciar o trabalho de avaliação dos 34 relatórios nacionais, realizou-se a Primeira Sessão de Redação do GEG e realizaram-se cinco reuniões de coordenação nacionais para sensibilizar as autoridades com este novo processo e incentivar uma ativa participação.

- **Redução da demanda**

Mediante o Programa de Capacitação e Certificação para a Prevenção, Tratamento e Reabilitação de Drogas e Violência (PROCCER) foram capacitados 2.450 especialistas da América Latina e do Caribe. Os países beneficiados foram Honduras, Panamá, El Salvador, Nicarágua, Guatemala, México e países do Caribe em colaboração com a Universidade das Índias Ocidentais.

- **Redução e controle da oferta**

Foram organizados 28 cursos e seminários de capacitação nacionais e regionais, nos quais foram capacitados 1.180 funcionários de organismos de segurança, órgãos policiais, aduanas e órgãos reguladores, em temas de inteligência estratégica e operacional antidrogas, inteligência prospectiva antidrogas, controle e interdição do narcotráfico, segurança aduaneira em portos, aeroportos e fronteiras, controle de substâncias químicas, produção, identificação e uso de drogas sintéticas, entre outros.

- **Combate à lavagem de ativos**

Foram organizados 19 cursos e workshops sobre administração e disposição de bens apreendidos e confiscados, técnicas especiais de investigação, inteligência estratégica, investigações e julgamentos simulados, em que participaram cerca de 800 funcionários de 10 Estados membros. Aprovou-se um documento com medidas para fortalecer a cooperação internacional para o combate efetivo contra a lavagem de ativos, financiamento do terrorismo e recuperação de bens de origem criminosa, um guia de autoavaliação dos sistemas de confisco, um guia metodológico em matéria de investigação patrimonial, recomendações para a identificação e análise de fatores de risco associados à lavagem de ativos e financiamento do terrorismo e uma proposta de recomendações para o melhoramento dos sistemas de combate à lavagem de ativos nos Estados membros da OEA.

- **Fortalecimento institucional**

Mediante o Programa de Tribunais de Tratamento de Drogas, Costa Rica, República Dominicana e Argentina lançaram seus primeiros projetos-piloto. A Jamaica inaugurou seu terceiro tribunal, enquanto Barbados e Peru lançaram um piloto em 2014. Inicia-se o diagnóstico e avaliação do piloto de Nuevo León, México. Mais de 700 funcionários em oito países se beneficiaram de capacitação especializada dentro do modelo. Mediante o programa SAVIA, foram cofinanciadas iniciativas locais e desenvolveram-se atividades de capacitação para atores locais. Realizaram-se consultas sub-regionais sobre políticas de

integração social e elaborou-se uma primeira versão do guia de políticas públicas sobre integração social e drogas.

- **Observatório Interamericano de Drogas**

Foi implementado o programa Redes de Informação em países do Caribe e América Central e organizaram-se seminários de capacitação nacional e regional. Elaborou-se o relatório conjunto UNODC - CICAD: “Estimulantes do Tipo Anfetamínico na América Latina”. Continuou-se participando ativamente em várias atividades sobre métodos, indicadores e protocolos segundo o programa COPOLAD. Realizou-se a Quinta Reunião Bienal dos Observatórios Nacionais de Drogas do Caribe. Por outro lado, a CICAD e CAMH continuaram com seu programa conjunto para promover a capacitação de pesquisadores no âmbito da saúde.

2.5.3 Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (S/CICTE)

- **Controles fronteiriços**

Segurança Marítima: Foram capacitados 1.629 funcionários em nove atividades. Segurança aeroportuária: 20 cursos nacionais, sub-regionais e avaliações especializadas com 265 funcionários capacitados. Segurança de documentos: 13 atividades de assistência técnica com 245 funcionários capacitados. Controles de aduana e imigração: três workshops que capacitaram 81 participantes.

- **Proteção de infraestrutura crítica**

Continuou o apoio à Rede Hemisférica de Equipamentos de Resposta a Incidentes de Computador (CSIRT), que conta com 19 CSIRT nacionais nos países-membros. Foram capacitados 723 funcionários em 14 eventos. O programa de Segurança em Turismo realizou 17 workshops e cursos, capacitando 640 participantes. Integrou uma rede de peritos identificados em atividades prévias de capacitação no México e América Central. O projeto de Segurança para Grandes Eventos realizou três atividades com a participação de 61 funcionários.

- **Assistência legislativa e luta contra o financiamento do terrorismo**

Juntamente com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e com a SE/CICAD, apoiou o processo legislativo no Paraguai e Panamá na revisão de suas leis nacionais sobre luta contra o terrorismo e seu financiamento. Realizou dois eventos com a participação de 70 funcionários.

- **Fortalecimento de estratégias contra ameaças terroristas emergentes**

Realizou 12 atividades relacionadas com exercícios de simulação. Reuniu 359 funcionários para avaliar a capacidade de resposta e gestão de crises.

- **Alianças com outras organizações multilaterais e internacionais**

Fortaleceu sua interação e cooperação com o Comitê contra o Terrorismo do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CTC), o grupo de trabalho de implementação da luta contra o terrorismo (CTITF), UNODC, UNICRI, IMO, OACI, a Organização Mundial de Aduanas (OMA), INTERPOL e entidades regionais, inclusive o Conselho da Europa, SICA, CARICOM e APEC. Além disso, foram assinados acordos de cooperação com Observadores Permanentes como Israel e Espanha e se

fortaleceram as alianças com organizações civis e privadas, como o Fórum Econômico Mundial, Microsoft, Symantec, Trend Micro e Stop Think Connect, entre outros. Sob a presidência da Colômbia e a vice-presidência do Canadá, o CICTE realizou seu Décimo Quarto Período de Sessões em 20 e 21 de fevereiro de 2014, em Washington, D.C.

2.5.4 Departamento de Segurança Pública (DSP)

Reunião de Ministros em Matéria de Segurança Pública (MISPA)

Prestou-se o apoio técnico e administrativo necessário para a realização da Quarta Reunião de Ministros em Matéria de Segurança Pública (21 e 22 de novembro de 2013, Medellín, Colômbia) e à Reunião do Grupo Técnico Subsidiário sobre Gestão da Polícia da MISPA (8 e 9 de outubro, México, DF).

- **Combate ao tráfico de pessoas**

Entre outras atividades tendentes a implementar o Plano de Trabalho contra o Tráfico de Pessoas no Hemisfério Ocidental 2010-2015, organizou-se uma mesa-redonda (junho de 2013) para conscientizar os Estados membros, representantes da sociedade civil e comunidade internacional sobre a servidão doméstica nas Américas. Organizou-se um fórum em Lima, Peru (setembro de 2013) para promover e intercambiar informação contra a exploração do trabalho e a proteção integral de vítimas do tráfico.

- **Combate ao tráfico ilícito de armas**

Preparou-se legislação modelo para a consideração dos Estados membros e organizou-se a Sexta Reunião do Grupo de Peritos (24 de abril, Washington, D.C) e a Décima Quarta Reunião da Comissão Consultiva da CIFTA (25 de abril). Apoiou-se a destruição de 13.530 armas de fogo (8.498 na Costa Rica; 1.852 em El Salvador; 3.000 em Honduras; 180 em Dominica) e, entre esses países, mais de 58.000 unidades de munições com um peso total de quase 29 toneladas. Até o momento em que este Relatório foi redigido 25 Estados membros haviam recebido equipamento de marcação, marcando mais de 285.000 armas através do projeto “Promovendo a Marcação de Armas de Fogo na América Latina e no Caribe”.

- **Remoção humanitária de minas**

Proporcionou-se apoio logístico aos colombianos para a destruição de 182 artefatos explosivos e a liberação de 1.045.240 metros quadrados para uso produtivo. Também foram realizadas campanhas de educação sobre o risco das minas para conscientizar 3.960 pessoas em 10 municípios; prestou-se assistência a 47 sobreviventes de minas e proporcionou-se microfinanciamento para projetos produtivos que beneficiaram 97 pessoas. Apoiou-se o Equador na remoção de 88 minas em 8.577 metros quadrados de terras na zona fronteira com o Peru e o Peru na destruição de 2.058 minas em 24.483 metros quadrados. O Programa de Ação Integral contra as Minas Antipessoal (AICMA) atendeu 17 vítimas de minas peruanas para sua reabilitação física e psicológica.

- **Prevenção da violência**

Na Costa Rica realizou-se sensibilização e capacitação de 50 representantes policiais e da comunidade em prevenção e ação ante a violência familiar. Além disso, realizou-se um workshop de capacitação para proporcionar habilidades práticas e capacitação para o emprego a jovens internas no Centro de Reinserção Juvenil Feminino de El Salvador.

- **Gestão penitenciária**

Desenvolveu-se uma metodologia padronizada para o monitoramento e a avaliação de projetos e programas de reintegração social orientados à diminuição da reincidência no crime. O projeto, implementado juntamente com Barbados, Chile, Costa Rica, Jamaica, Panamá, República Dominicana e Uruguai, tem como finalidade facilitar instrumentos para o desenvolvimento de capacidades institucionais para a gestão de sistemas penitenciários orientados à reintegração social de pessoas privadas da liberdade.

- **Informação sobre segurança cidadã**

Apoiou os Estados membros na coleta, sistematização, análise e avaliação de dados oficiais de segurança pública para a Pesquisa sobre Tendências do crime e Operações dos Sistemas de Justiça Penal das Nações Unidas. Participou, junto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no desenvolvimento do Sistema Regional de Indicadores Padronizados de Convivência e Segurança Cidadã (SES). Além disso, participou em atividades destinadas a fortalecer os observatórios nacionais de segurança cidadã em Barbados, Equador, Jamaica e Trinidad e Tobago, bem como o Observatório e Índice de Segurança Democrática (OBSICA) do SICA.

- **Alianças com parceiros estratégicos**

No âmbito do acordo de cooperação assinado em 2011 entre a Associação de Polícia (AMERIPOL) e a Secretaria-Geral, foram recebidos dois oficiais de ligação que, entre outras atividades, proporcionaram assessoria técnica em matéria de gestão policial.

2.6 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SAF)

De acordo com a Ordem Executiva Nº 08-01 Rev. 6, de 23 de dezembro de 2013, a SAF é constituída pelo Departamento de Recursos Humanos, pelo Departamento de Serviços de Gestão Financeira e Administrativa, pelo Departamento de Serviços de Informação e Tecnologia, pelo Departamento de Planejamento e Avaliação, pelo Escritório de Serviços de Compras e pelo Escritório de Serviços Gerais. Sua missão é oferecer liderança e orientação às atividades de apoio administrativo, inclusive a gestão orçamentária e financeira, os serviços de tecnologias da informação da Secretaria-Geral, o planejamento, a avaliação e o acompanhamento operacional de programas, a gestão de serviços gerais, a aquisição e contratação de bens e serviços, bem como a gestão e treinamento do pessoal, em conformidade com os princípios estabelecidos de gestão profissional.

Escritório do Secretário

O Escritório do Secretário continuou dando apoio aos órgãos políticos da Organização, principalmente à Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP), servindo como vínculo principal entre a CAAP e a Secretaria-Geral. Este Escritório também coordenou com as diversas áreas da Secretaria-Geral em apoio a seus programas sob a perspectiva financeira e administrativa, orientando uma série de reformas da Secretaria-Geral. O progresso destes aspectos foi informado periodicamente aos Estados membros e à Direção Executiva por meio do “Relatório Trimestral sobre a Administração de Recursos na OEA”.

2.6.1 Departamento de Recursos Humanos (DRH)

De acordo com a AG/RES.2755 (XLII-O/12), o DRH, em conjunto com a Associação do Pessoal, continuou prestando apoio técnico ao grupo de trabalho da CAAP na revisão da Estratégia Integral de Recursos Humanos proposta pela SG/OEA.

- Foram realizados 140 concursos de contratos de longo prazo e curto prazo, incluindo mais de 360 entrevistas.
- Realizou-se uma concorrência de contratos contínuos, que resultou na concessão deste tipo de contrato a 29 funcionários da SG/OEA.
- Iniciou-se o primeiro ciclo formal do Sistema de Avaliação de Desempenho.
- Em coordenação com o Departamento de Serviços de Informação e Tecnologia (DSIT), implementou-se a atualização automática das diárias em OASES com base na informação publicada mensalmente pelas Nações Unidas (ONU). Igualmente, elaborou-se um site que facilita o acesso imediato a informação atualizada sobre as taxas de diárias de todas as cidades de destino reconhecidas pela ONU.
- Desenvolveu-se o Sistema de Gestão de Licenças com o propósito de automatizar e tornar mais eficiente o processo de administração de licenças do pessoal.
- Incorporou-se o pagamento de benefícios estatutários (subsídio educativo, reembolso educativo e mobilização por transferências) dentro do processo de folha de pagamento, o que reduziu o tempo administrativo para processar esses pagamentos.
- Trabalhou-se com outros organismos internacionais para identificar melhores práticas na administração dos vistos G-4 e G-5.
- Por intermédio da Unidade de Saúde, o DRH organizou a Feira Anual da Saúde para promover o bem-estar dos funcionários e seus familiares.
- Realizaram-se workshops informativos sobre aposentadoria e gestão do estresse, além de atividades relacionadas à densidade óssea, câncer, HIV e doação de sangue, entre outras.
- Concederam-se descontos na matrícula de Programas MBA da Universidade George Washington a quatro programas adicionais de mestrado oferecidos por esta universidade.
- Trabalhou-se em conjunto com o DSIT na criação e implementação de um sistema eletrônico de inscrição e seleção de estagiários para Escritórios Nacionais e Projetos Especiais.
- Realizou-se a cerimônia de “Staff Awards” para premiar o melhor desempenho e os anos de serviço de 129 funcionários da SG/OEA.
- Iniciou-se o treinamento e certificação do pessoal do DRH como parte do processo de implementação do sistema IPSAS.

2.6.2 Departamento de Serviços de Gestão Financeira e Administrativa (DFAMS)

Implementação do Sistema Automatizado para Viagens TECS (Travel Expense Claim System)

O Sistema TECS completou o primeiro ano de implementação e seu êxito se evidencia com os seguintes resultados:

- Foram gerados, completados e aprovados 1.576 TECS dentro dos 30 dias posteriores à finalização da viagem;
- No total, US\$ 98.635 foram reembolsados pelos viajantes à SG por viagens canceladas ou mudanças no plano inicial de viagem;
- No total, US\$ 62.281 foram reembolsados aos viajantes por gastos adicionais incorridos.

- **Transferências eletrônicas em moeda estrangeira para os Escritórios da SG/OEA nos Estados membros e Escritórios de Projeto**

Durante 2013, o DSGFA culminou a implementação da plataforma eletrônica para o envio eletrônico em moeda local para os Escritórios da SG/OEA nos Estados membros e Escritórios de Projetos, com exceção do Paraguai, que será incorporado no início de 2014.

- **Resultados orçamentários da SG/OEA**

Fundo Ordinário

- A Assembleia Geral Extraordinária aprovou no dia 30 de outubro de 2013 o orçamento-programa correspondente ao exercício financeiro janeiro-dezembro de 2014, no total de US\$ 82.978.100, o que representa uma redução de US\$ 892.407 em relação ao exercício financeiro janeiro-dezembro de 2013. Esse orçamento será financiado por cotas no total de US\$ 81.105.400 e outras receitas de US\$ 1.872.700.
- No final do exercício financeiro de 2013 a Secretaria-Geral havia executado US\$ 83,4 milhões, que correspondem a 99,5% do orçamento aprovado.
- Embora o subfundo de reserva tenha registrado um déficit de US\$ 700.000 no final de 2013, o déficit foi coberto com o saldo de cotas devidas de US\$ 1,9 milhão no final de 2013, dos quais US\$ 200.000 foram recebidos durante o mês de janeiro de 2014.

Fundos Específicos

- As contribuições em dinheiro para os Fundos Específicos chegaram a um valor líquido de US\$ 68,4¹ milhões em 2013, em comparação com US\$64,9 milhões em 2012.
- Os três maiores contribuintes durante 2013 foram os Estados Unidos com US\$ 27 milhões, ou 39,5% das contribuições totais, seguido pelo Canadá com US\$ 13,1 milhões, ou 19,1%, e os Países Baixos com US\$ 8,8 milhões, ou 12,9%. Dos US\$ 68,4 milhões recebidos em contribuições durante 2013, 64,3% foram contribuídos pelos Estados membros, 24,7% pelos Observadores Permanentes e 11% por outras instituições e doadores.
- Em comparação com 2012, os Estados membros diminuíram suas contribuições em 5,9%. Em contraste, as contribuições dos Observadores Permanentes tiveram aumento de 27,9%, atribuível principalmente ao aumento nas contribuições dos Países Baixos, Suécia e União Europeia.
- Outras instituições e doadores aumentaram suas contribuições em 50,9%. Algumas organizações, como Nações Unidas, a Corporação Andina de Fomento e a Comissão Nacional de Atividades Espaciais, aumentaram suas contribuições significativamente. Em contraste, o Banco Interamericano de Desenvolvimento reduziu sua contribuição consideravelmente.

Em 2013, o nível dos gastos totais alcançou a soma de US\$ 62,2² milhões, o que representa uma redução de US\$ 4000.000, ou 0,6%, com respeito a 2012. Mais de 32,9% do total de gastos estão relacionados com os projetos geridos pelo Capítulo 6, Secretaria de Segurança Multidimensional, seguido pelo Capítulo 8, Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral, com 23,6%, e o Capítulo 7, Secretaria de Assuntos Políticos, com 22,4%. Com relação aos US\$ 62,2 milhões de gastos totais, US\$ 25,2 milhões, ou 40,5% estão relacionados com gastos de contratos por resultados, enquanto US\$ 10,9 milhões

1. Preliminar e não auditado.
2. Preliminar e não auditado.

ou 17,6% estão relacionados com gastos de viagens. Os gastos de pessoal ascenderam a US\$ 10,8 milhões ou 17,4% do total de gastos.

2.6.3 Departamento de Serviços de Informação e Tecnologia (DOITS)

Como parte do processo de modernização iniciado pela SAF, o DSIT pôs em marcha um conjunto de serviços informáticos (LMS - Sistema Integral para manejo de licença do pessoal, PMS II - Incorporação de melhoras pedidas pelos usuários no Sistema de Manejo de Projetos, “Accountability Tab” dentro do Portal da OEA, OAS OPDB Chart - sistema que permite ter acesso à estrutura Organizacional da OEA, entre outros). Este conjunto de aplicações foi complementado com uma série de serviços especiais para as diversas áreas da Organização, como o Electoral Projects Management System, especialmente desenvolvido para a área de Observações Eleitorais. Dada a obsolescência do sistema de gestão institucional “OASES”, apresentou-se ao ITGC (Information Technology Governance Committee) alternativas para sua substituição tanto no nível funcional quanto para suas estruturas de dados.

Como parte da atualização tecnológica requerida para apoiar os serviços existentes, concluiu-se a migração dos sistemas de telefonia para uma plataforma de última geração baseada em VOIP (Voz sobre Internet). Além disso, continuou-se monitorando a estratégia OWEMS (OAS Workstation Energy Management System) para reduzir as emissões de gases reduzindo o custo total de energia necessário para operar. Para adequar a infraestrutura tecnológica à constante demanda dos usuários de poder utilizar seus dispositivos móveis, o ITGC aprovou a estratégia proposta estimando sua implementação para o primeiro semestre de 2014. Durante 2013 o DOITS atendeu 7.595 pedidos de suporte técnico através de sua Mesa de Ajuda (Help Desk).

Respondendo aos diversos mandatos que regem a Organização, o DOITS continuou com o apoio às diversas áreas, merecendo menção especial a realização de três seminários em conjunto com a Secretaria Executiva do CICTE utilizando o Laboratório de Segurança Informática para continuar com o programa de conscientização no nível nacional sobre o tema.

Em resposta à resolução emanada da Assembleia Geral, apresentou-se à CAAP um plano de ação para otimizar o uso das tecnologias de comunicação existentes na Organização, que foi aprovado e submetido à consideração do Conselho Permanente.

2.6.4 Departamento de Planejamento e Avaliação (DPE)

Durante o período foram realizadas as seguintes atividades:

- Proposta de orçamento-programa para 2014, em uma versão ampliada que inclui uma proposta de orçamento por resultados, complementada pelo Plano Operacional 2014.
- Relatório detalhado de custos relacionados com as resoluções apresentadas à Assembleia Geral.
- Novos relatórios sobre mandatos, resultados previstos e recursos programados, apresentados à CAAP.
- 57 novas propostas de projetos analisados e apresentados à CEP.
- Módulo de Formulação de Projetos com informação atualizada.
- Avaliações intermediárias de projetos de MAPP.
- Pessoal da SG, das Missões Permanentes junto à OEA e de instituições dos Estados membros capacitados em formulação, monitoramento e avaliação de projetos.

2.6.5 Departamento de Compras (DP)

• **Administração de Compras**

- Continuou a revisão de processos para criar maior eficiência e propôs alternativas para processar ações rotineiras e de pouco valor agregado.
- Recentralizou o processo de compras relacionadas ao Departamento de Gestão de Conferências e Reuniões.
- Completou satisfatoriamente o piloto de um sistema robusto de cartões de crédito e conseguiu substituir o sistema antigo, perigoso e obsoleto, por um sistema que oferece significativos benefícios para a organização.
- Completou mais de 35.000 transações num valor superior a US\$ 88 milhões.
- Concluiu oito processos licitatórios pendentes de 2012 e iniciou 21 novos processos durante 2013. Através destes processos obteve-se uma poupança direta de mais de US\$ 68.000.
- Revisou a carteira de seguros da SG/OEA, obteve melhoras consideráveis, reduziu o custo real de renovação dos prêmios e atualizou as renovações de modo que coincidam com as restrições de orçamento anual.
- Atualizou as diretrizes para processos competitivos e processos de avaliação, segundo a solicitação da Comissão Europeia (FAFA).

• **Administração de viagens**

- Emitiu a primeira política de Viagens da SG/OAS. Administrou a compra de passagens aéreas e assegurou que todas as transações cumpram a resolução do Conselho Permanente que requer que todas as passagens sejam compradas em classe econômica ou que sejam autorizadas pelo Secretário-Geral.
- Coordenou a compra de quase 5.000 passagens aéreas através da companhia Omega Travel (OWT) num montante aproximado de mais de US\$ 4,8 milhões.
- DC e DFAMS conseguiram agilizar a conciliação de gastos relacionados a viagens. Trabalhou-se arduamente com as empresas áreas para agilizar processos e permitir o fechamento mensal das contas.
- DC continuou revisando os relatórios de viagem para a recuperação de passagens que anteriormente se perdiam. As poupanças provenientes desta atividade superam US\$ 40.000.

• **Administração de fornecedores**

- Continuou a negociação com os principais fornecedores para obter maiores benefícios e melhores condições para a Organização. Entre estes benefícios, destacam-se melhoras consideráveis e grandes benefícios com as principais companhias aéreas do hemisfério, tarifas preferenciais e prêmios com as redes mais importantes das Américas e melhoras na administração de compras de materiais de escritório. As poupanças superam US\$ 375.000.
- Revisou-se a base de dados de fornecedores para melhorar o processo de registro e manutenção de arquivos. Durante este processo foram identificados e desativados mais de 20 mil fornecedores inativos.

2.6.6 Departamento de Serviços Gerais (DSG)

De acordo com a Ordem Executiva Nº 08-01 Rev. 6, de 23 de dezembro de 2013, o Departamento de Serviços Gerais (SAF/DSG), através do Secretário de Administração e Finanças, atua como:

- Assessor da Secretaria-Geral e dos órgãos políticos a respeito de todos os assuntos administrativos relacionados com os planos, políticas, procedimentos e normas da administração e manutenção de edifícios;
- Prestador de serviços gerais, incluindo segurança, arrendamento de escritórios, serviços de mensageiro e transporte, duplicação de documentos, estacionamentos e inventário.

2.7 SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

A Secretaria de Assuntos Jurídicos (SAJ) assessora, no âmbito de sua competência, a Assembleia Geral, a Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, o Conselho Permanente, a Reunião de Ministros da Justiça, a Secretaria-Geral e outros órgãos, organismos e entidades da OEA. Assessora em matéria de direito internacional e desenvolvimento e codificação do direito interamericano; apoia os mecanismos de acompanhamento de algumas convenções interamericanas; atua como depositário e fonte de informação dos tratados interamericanos e acordos da OEA e seus órgãos; divulga informação sobre os instrumentos jurídicos da OEA e seus programas jurídicos; desenvolve, promove e implementa o Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional; e presta outros serviços relacionados com a cooperação jurídica interamericana. A SAJ é composta pelo Escritório Executivo do Secretário e pelas seguintes dependências: Departamento de Direito Internacional e Departamento de Cooperação Jurídica (Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica).

• **Escritório Executivo do Secretário de Assuntos Jurídicos**

O Escritório Executivo do Secretário de Assuntos Jurídicos exerceu a direção, planejamento e coordenação dos programas, atividades e ações da área. Em particular, em suas funções de apoio às instâncias encarregadas do desenvolvimento do direito interamericano, participou na assessoria à Assembleia Geral e ao Conselho Permanente, assim como nos períodos de sessões da Comissão Jurídica Interamericana e no Curso de Direito Internacional.

A fim de difundir o trabalho jurídico da Organização, durante 2013 o Secretário de Assuntos Jurídicos participou em seminários e cursos, ministrou conferências em academias diplomáticas de países-membros e expôs a agenda jurídica da Organização em reuniões convocadas por universidades e colégios de advogados.

Este Escritório tem a seu cargo os programas relativos aos Facilitadores Judiciais, à Rede de Consumo Seguro e ao Acompanhamento da Convenção sobre Pessoas com Deficiência.

Programa de Facilitadores Judiciais

A Assembleia Geral da OEA aprovou a Resolução AG/RES. 2768 (XLIII-O/13), “Fortalecimento do Programa Interamericano de Facilitadores Judiciais”, e encarregou a Secretaria-Geral de continuar apoiando os Estados membros que solicitem o estabelecimento de Serviços Nacionais de Facilitadores Judiciais.

Durante 2013 a colaboração para estabelecer Serviços Nacionais de Facilitadores Judiciais se ampliou para sete países (Argentina, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e Paraguai) e

os órgãos de integração na América Central. A própria rede foi ampliada também para 7.266 facilitadores, sendo 40% mulheres. Os facilitadores são líderes locais que colaboram voluntariamente com a justiça; são selecionados por sua comunidade e nomeados pelo juiz local que os capacita e supervisa. Durante o ano prestaram 31 mil serviços de acesso (trâmites encarregados pelas autoridades judiciais ou casos remetidos pelos facilitadores a estas), 80 mil serviços de prevenção (assessorias e mediações) e informaram mais de 202 mil pessoas sobre diversas normas jurídicas e seus direitos em conferências.

Além disso, o Programa Interamericano de Facilitadores Judiciais, em aliança com sete universidades locais, formou 1.198 operadores de justiça no nível de pós-graduação e 40 em mestrado.

Direitos dos Consumidores

A SAJ desenvolve atividades para difundir e reforçar a proteção jurídica dos consumidores. Nesse âmbito, a Rede Consumo Seguro e Saúde (RCSS) fortaleceu a capacidade de vigilância da segurança dos produtos que circulam no hemisfério ao capacitar mais de 500 altos funcionários das Autoridades de Consumo, de Metrologia e Sanitárias, oferecendo informação oportuna sobre alertas de produtos inseguros no mercado. A Rede também propiciou o intercâmbio de experiências e cooperação entre os países, consolidando-se como o principal fórum hemisférico de cooperação para a vigilância dos mercados a respeito da segurança dos produtos.

Pessoas com Deficiência

Fortaleceu-se, no Haiti, o quadro normativo e institucional para o exercício dos direitos das pessoas com deficiência. Também foram capacitados 528 funcionários ministeriais e magistrados no âmbito do “Projeto para o fortalecimento do marco jurídico para pessoas com deficiência do Haiti”.

A SAJ, como Secretaria Técnica do Comitê de Acompanhamento da Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência (CIADDIS), colaborou para a adoção de um formato único de relatório para o Programa de Ação (PAD) e a convenção, havendo recebido um total de 13 relatórios nacionais até o momento de elaboração deste Relatório.

2.7.1 Departamento de Direito Internacional (DDI)

Durante 2013, o DDI prestou serviços jurídicos no campo do direito internacional aos órgãos da Organização nos seguintes temas, entre outros: acesso à informação pública; proteção de dados pessoais; direito internacional humanitário; Corte Penal Internacional; defesa pública e acesso à justiça; discriminação e intolerância; povos indígenas; afrodescendentes; grupos LGBTI; idosos; refugiados, deslocados internos e apátridas. O DDI também implementou o Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional.

Na qualidade de Secretaria do Comitê Jurídico Interamericano (CJI), o DDI ofereceu a este órgão apoio técnico e administrativo durante todo o ano. O DDI seguiu implementando projetos financiados por fundos específicos relativos ao Programa de Ação sobre os Povos Indígenas nas Américas, ao Programa de Acesso à Informação Pública, ao Programa de Garantias Mobiliárias, ao Programa de Arbitragem e ao Programa de Afrodescendentes, entre outros, além de apoiar as réplicas que os participantes realizam em seus países.

Em cumprimento do Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional, o DDI organizou eventos e editou e distribuiu diversas publicações. A descrição da implementação do

Programa pode ser encontrada no documento CP/CAJP/INF.211/14 de 24 de janeiro de 2014. Igualmente, durante o período informado o DDI continuou administrando seu site, assim como o do CJJ. Sua loja virtual conta com um catálogo completo de todas as publicações do DDI.

O DDI seguiu cumprindo sua função de depositário dos tratados interamericanos e acordos bilaterais. No site do DDI (www.oas.org/dil) pode-se consultar a informação atualizada nesta matéria, assim como o acompanhamento de todas as atividades do DDI durante 2013. O DDI também publica frequentemente boletins informativos e comunicados de imprensa descrevendo todas as suas atividades.

2.7.2 Departamento de Cooperação Jurídica (DCJ)

Foram prestados serviços de assessoria e secretaria técnica às seguintes reuniões:

Reuniões de Ministros da Justiça ou outros Ministros e Procuradores-Gerais das Américas (REMJA)

- Expansão, manutenção e atualização dos diversos componentes da Rede Hemisférica de Intercâmbio de Informação para a Assistência Mútua em Matéria Penal e Extradicação (“Rede em Matéria Penal”).
 - Criação de 30 contas no Sistema de Comunicação Eletrônica Seguro da Rede para novos usuários.
 - Atualização contínua da Rede em Matéria Penal.
- Seminário regional de capacitação contra o crime cibernético, Lima, Peru, 11-13 de março de 2013.

Cooperação no âmbito da Convenção Interamericana contra a Corrupção e seu mecanismo de acompanhamento (MESICIC)

- Vigésima Primeira Reunião Ordinária do Comitê de Peritos do MESICIC, 18-22 de março de 2013. Adotaram-se os relatórios do segundo grupo de países analisados no âmbito da Quarta Rodada de Análises (Peru, Costa Rica, Argentina, Trinidad e Tobago e Honduras).
- Visitas ao terceiro grupo de Estados analisados no âmbito da Quarta Rodada de Análises (Panamá, Chile, Uruguai, Colômbia e Guatemala), abril-maio de 2013.
- Vigésima Segunda Reunião Ordinária do Comitê de Peritos do MESICIC, 9-13 de setembro de 2013. Foram adotados os relatórios do terceiro grupo de países analisados no âmbito da Quarta Rodada de Análises (Panamá, Chile, Uruguai, Colômbia e Guatemala).
- Visitas ao quarto grupo de Estados analisados no âmbito da Quarta Rodada de Análises (República Dominicana, Canadá, Equador e Guiana), setembro-outubro de 2013.
- Adoção pelo Comitê de Peritos do MESICIC de:
 - Lei Modelo sobre declaração de interesses, renda, ativos e passivos das pessoas que desempenham funções públicas (março de 2013.);
 - Lei Modelo para facilitar e incentivar a denúncia de atos de corrupção e proteger seus denunciantes e testemunhas (março de 2013).
 - Segundo Relatório de Progresso na Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (setembro de 2013).

Colaboração com outros organismos internacionais:

O DCJ continua desempenhando seus trabalhos em estreita cooperação com outras instituições internacionais, como as Nações Unidas, o BID, o Conselho da Europa e a OCDE, além de instâncias sub-regionais.

2.8 SECRETARIA DE RELAÇÕES EXTERNAS

A Secretaria de Relações Externas (SRE) foi criada em 2008, mediante a Ordem Executiva N° 08-01, com o propósito de desenvolver e executar as tarefas principais de difusão da Organização. Compõe-se do Departamento de Imprensa e Comunicação, do Departamento de Assuntos Internacionais e do Museu de Arte das Américas. Implementa estratégias que incluem a identidade institucional, o desenvolvimento da mensagem e seu conteúdo, as relações com os públicos interessados, as atividades de apoio cultural, a mobilização de recursos, o estabelecimento de alianças e desenvolvimento de relações e atividades com governos, instituições internacionais e setores da sociedade.

A Secretaria de Relações Externas trabalhou com membros do Congresso fortalecendo os contatos regulares e o diálogo. Como resultado, realizaram-se encontros com Escritórios de Senadores e Representantes sobre a reforma institucional da OEA, a apresentação do Relatório sobre Drogas, a sentença da Corte Constitucional da República Dominicana sobre a definição de cidadania, a tregua entre as quadrilhas de El Salvador, a situação dos direitos humanos e eleições em vários países. Também realizaram-se reuniões e eventos importantes com a comunidade latina, tais como o simpósio sobre o futuro desta comunidade, em coincidência com a segunda posse do Presidente Barack Obama.

Adicionalmente o programa envolve os centros de estudo e os líderes universitários no intercâmbio de informação. As consecuições principais foram duas discussões de alto nível entre centros de estudo e líderes universitários com o Secretário-Geral, apresentação do Relatório sobre Drogas da OEA na Chatham House em Londres, lançamento do ciclo de conferências de alto nível sobre a OEA na Universidade George Washington e a participação da OEA na conferência anual da Associação de Estudos Latino-Americanos. A Organização teve um papel destacado na conferência anual sobre as Américas realizada nesta cidade e organizada conjuntamente pela OEA, a organização Inter-American Dialogue e o Banco de Desenvolvimento da América Latina. Proporcionou-se informação sobre as prioridades da OEA a novos líderes em temas hemisféricos na Brookings Institution, no Center for Security and International Studies e no Atlantic Council, entre outras instituições.

2.8.1 Departamento de Imprensa e Comunicação (DPC)

O Departamento de Imprensa e Comunicações (DPC) difundiu para a opinião pública do Hemisfério a mensagem política central definida pelas máximas autoridades da Secretaria-Geral e divulgou as atividades das Secretarias e Comissões da OEA.

Nesta perspectiva:

- Produziu diariamente, durante os sete dias da semana, comunicados, acompanhados de material fotográfico e audiovisual, que distribui através de uma valiosa lista, acumulada nestes anos, que lhe permite chegar a mais de 6.000 meios de comunicação em espanhol e inglês de todo o hemisfério, assim como a líderes de opinião.
- Para atingir o objetivo de manter a presença informativa da OEA, se estudam e aplicam estratégias de maneira permanente, para adaptar o trabalho às exigências jornalísticas dos 34 países.

- Nesta linha, potencializou-se, no último ano, o trabalho com as redes sociais e se obteve um aumento importante nos seguidores de “twitter” e “Facebook”. Realiza-se uma atualização diária das mensagens, o que se traduz no aumento do “retwitt” de nossas mensagens, nas duas principais redes. Embora haja mensagens políticas críticas, uma conclusão óbvia e visível é que a OEA é vista como um organismo importante na realidade política da região.
- Também intensificou-se o trabalho audiovisual, com pouca tecnologia, e com mais imaginação que recursos materiais, aumentamos os spots que mostram as principais atividades da OEA, aquelas que essencialmente refletem a essência dos quatro pilares.
- Distribui-se mensalmente o boletim com discursos do SG e/ou do SGA para centros de estudo, universidades e partidos políticos dos 34 países.
- Mantém-se informada a Secretaria-Geral (7 dias/24 horas) sobre os acontecimentos e notícias políticas relevantes.
- Continuam os envios diários (365 dias) de notícias para as autoridades da OEA.

Imprensa escrita:

- Comunicados: foram difundidos 951 comunicados. Nos comunicados, ao texto base adicionam-se fotos, vídeo, áudio e em alguns casos discursos ou documentos.
- Mailchimp: o sistema de distribuição permitiu a renovação das listas e estabeleceu sua atualização automática; a distribuição é feita para 3650 meios em espanhol; 1336 meios em inglês; 167 meios em francês; 67 meios em português; mantém-se o sistema de assinatura para os comunicados, através da internet.
- Newsletter: distribuíram-se 12 boletins com discursos do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto.

Radio e Televisão:

Produção deste ano:

- Vídeos e áudios com informação das atividades da OEA;
- Cápsula radial dirigida exclusivamente ao Caribe - OAS Today - produzida diariamente. O material básico que se envia é uma síntese dos Conselhos Permanentes, em espanhol e inglês, a rádios e emissoras dos 34 países.
- Difusão de reuniões completas e editadas em áudio e vídeo do Conselho Permanente.

Redes Sociais:

Mantém-se a estratégia dirigida a incluir mensagens políticas e programáticas, em coordenação com Secretarias e através de produtos em numerosos formatos. Sistematizou-se o método de emissão e resposta de mensagens em redes sociais, ao mesmo tempo em que se assegurou seu alinhamento em matéria política com a Secretaria-Geral.

Facebook: mantém-se a tendência ao aumento dos seguidores.

Twitter: também nesta rede se mantém a tendência de aumento dos seguidores.

Web:

Consolidou-se uma imagem ativa e em movimento do site da Organização. O “carrossel” que faz rodar fotografias temáticas aumentou sua atividade com anúncios de eventos institucionais. Acelerou-se a renovação de notícias na coluna de imprensa da página inicial: 627 publicadas. Atualizam-se periodicamente os temas de entrada na seção dos pilares da OEA e nas 12 caixas de temas institucionais, com especial atenção à participação de minorias. Enviou-se às Secretarias um protocolo com orientações

básicas para as páginas administradas por outros Departamentos, com o objetivo de que o site ofereça uma imagem homogênea e institucional.

Temas Institucionais:

“OEA em Ação” destaca mensalmente, através de um clipe de cerca de 2 minutos (produzido por DPC), documentos e outros links, atividades da OEA que se refletem positivamente na organização, mas que não recebem a atenção devida nos meios de comunicação.

2.8.2 Departamento de Assuntos Internacionais (DAI)

O Departamento de Assuntos Internacionais (DAI) fortaleceu as relações da OEA com os Observadores Permanentes, organizações da sociedade civil (OSC), atores sociais e organismos internacionais. Difundiu seu trabalho mediante as Cátedras das Américas, Mesas-Redondas de Políticas e sessões informativas.

O DAI apoiou as áreas técnicas da OEA na mobilização de US\$ 18,5 milhões em dinheiro e em espécie dos Observadores Permanentes junto à OEA para programas de alto impacto. Além disso, receberam-se solicitações de Montenegro, Principado de Liechtenstein e Soberana Ordem de Malta para ser Observadores Permanentes junto à OEA, as quais foram apresentadas ao Conselho Permanente em 2013; as duas primeiras foram aprovadas em janeiro de 2014.

O Departamento facilitou visitas do Secretário-Geral à Espanha, França, Itália, Reino Unido e Santa Sé, onde se reuniu com Chefes de Estado e de Governo, Ministros das Relações Exteriores e outras autoridades. Realizou também o Segundo Diálogo de Políticas entre a União Europeia e a Secretaria-Geral da OEA (SG/OEA). Igualmente, coordenaram-se sessões informativas entre funcionários da OEA e os Observadores Permanentes para expor programas bem-sucedidos e intercambiar práticas.

O DAI coordenou a participação das organizações da sociedade civil (OSC) em 30 fóruns presenciais e virtuais no âmbito do Conselho Permanente, CIDI e outras atividades da Secretaria-Geral. Na XLIII Assembleia Geral, registrou-se a mais alta participação da sociedade civil na história da OEA, com cerca de 300 representantes de 168 organizações provenientes de 29 países. O Conselho Permanente aprovou as solicitações de 35 OSC para serem registradas na OEA. Com a SEGIB e a Fundação Vidanta, o Prêmio Vidanta foi concedido a quatro OSC.

No âmbito das Nações Unidas, o DAI coordenou a participação da SG/OEA na 68ª Assembleia Geral e a visita do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, à OEA numa sessão protocolar do Conselho Permanente. Facilitou reuniões programáticas com o PNUD, o Conselho de Direitos Humanos, UNESCO, OIT e UNODC; finalizou as negociações para a assinatura de acordos de cooperação com UNAIDS e a Aliança das Civilizações; realizaram-se atividades com a Organização Internacional da Francofonia, IDEA Internacional, OPAS e IICA.

No âmbito dos programas de difusão, realizaram-se 78 sessões informativas com 2.206 diplomatas, militares, sociedade civil e estudantes. Com a participação de cerca de 1.300 pessoas, organizaram-se oito Mesas-Redondas de Políticas da OEA e duas Cátedras das Américas sobre migração, educação, direitos humanos, problemática afrodescendente, gênero; servidão doméstica; tendências políticas e perspectivas econômicas em 2013 para a América Latina e o Caribe; o problema das drogas nas Américas; agricultura e acesso à água; e o Mês Nacional da Herança Hispânica.

2.8.3 Museu de Arte das Américas (AMA)

O AMA foi fundado em 1976 por meio de uma resolução do Conselho Permanente com o fim de promover o acervo e a identidade cultural de seus países-membros. A programação do AMA se torna viável graças a alianças com entidades dos Estados membros e Observadores, assim como com outras entidades, como o Centro Cultural do BID e o Programa de Arte do Banco Mundial. A fundação de Amigos do AMA também desempenha uma função importante no levantamento de fundos de programação. Outros exemplos de alianças são o programa de digitalização do arquivo histórico do AMA, com o Museu de Belas Artes de Houston e com a Universidade de Oklahoma e seu museu onde se exibiu “Liberdade de Expressão: o Museu de Arte das Américas e a Guerra Fria”.

A programação de 2013 incluiu exposições, conferências, cinema, workshops e visitas guiadas. Do total de 11.636 visitantes recebidos ao longo do ano, 1.202 foram participantes dos programas públicos. A cobertura midiática do AMA foi ampla e incluiu novos meios locais e internacionais, como o Norman Transcript (Oklahoma, EUA), Bzzz (Brasil), Diario Libre (República Dominicana), P3 (Portugal) e Haiti Innovation, além do Washington Post, Washington Diplomat, Washingtonian, Washington City Paper, DCist, Cultural Tourism DC, Georgetown, Metro Weekly e blogs de arte, entre outros da cidade de Washington. Durante 2013 obtiveram-se 115 páginas de publicidade, o que representou uma poupança de US\$ 322.000.

Exposições na sede do AMA

- Fusão: Rastreamento a Migração da Ásia para as Américas através da coleção do AMA
- Procissão, Eva Rocha, Brasil/EUA - Centro de Arte Latino-Americana de Virgínia
- Um Lugar Sem Descanso, Luis González Palma, Guatemala
- Terreno comum: República Dominicana e Haiti

Galeria da Rua F

- Retratos do Poder, Alejandro Almaraz, Argentina
- Brasil, Meu Brasil: Contrastes da modernidade, Marília Bulhões, Brasil
- O incêndio da visibilidade, Anne- Lise Large, França/EUA

Programação paralela

- Mostra de Mixografias de Fernando de Szyszlo, Peru
- Ferida de morte, Colaboração com a CIM
- Iluminando Oportunidades, Darren Mahuron, EUA
- O processo criativo: palestra com o artista guatemalteco Luis González Palma
- Simpósio - Constelações: passado, presente e futuro da coleção do AMA
- Art After Dark, principal evento de arrecadação de fundos (750 pessoas)
- Concerto da orquestra Fundación Tocando Puertas, Colômbia
- Apresentação no XXXI Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos
- Cine Américas – ciclo de cinema dominicano
- Trienal da Associação de Arte Latino-Americana (no AMA)
- 15 workshops para famílias e grupos escolares

3. ENTIDADES E ORGANISMOS AUTÔNOMOS E DESCENTRALIZADOS

3.1 CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Corte Interamericana de Direitos Humanos é um órgão convencional formalmente estabelecido em 3 de setembro de 1979 como consequência de haver entrado em vigor a Convenção Americana sobre Direitos Humanos em 18 de julho de 1978. Seu Estatuto dispõe que seja uma “instituição judicial autônoma”, cujo objetivo é aplicar e interpretar a Convenção Americana. Com sua sede em San José, Costa Rica, é integrada por sete juízes nacionais dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos. Durante 2013 a composição da Corte foi a seguinte: Diego García-Sayán (Peru), Presidente; Manuel E. Ventura Robles (Costa Rica), Vice-Presidente; Alberto Pérez Pérez (Uruguai); Eduardo Vio Grossi (Chile); Roberto de Figueiredo Caldas (Brasil); Humberto Antonio Sierra Porto (Colômbia) e Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot (México). Os juízes Roberto de Figueiredo Caldas, Humberto Antonio Sierra Porto e Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot iniciaram suas funções em 1º de janeiro de 2013.³ Os juízes são assistidos no exercício de suas funções pela Secretaria do Tribunal. O Secretário da Corte é Pablo Saavedra Aissandri (Chile)⁴ e a Secretária Adjunta é Emilia Segares Rodríguez (Costa Rica).

• Principais atividades e resultados obtidos durante 2013

Durante 2013 a Corte realizou quatro Períodos Ordinários de Sessões e três Períodos Extraordinários de Sessões, nas cidades de Medellín, México D.F. e Brasília. Foram realizadas 17 audiências públicas sobre casos contenciosos,⁵ 12 audiências privadas de supervisão de cumprimento⁶ e uma audiência pública sobre medidas provisórias⁷.

Além disso, a Corte emitiu um total de 16 sentenças: 13 sentenças resolvendo as exceções e mérito dos casos contenciosos⁸, duas sentenças de Interpretação⁹ e um pedido de interpretação¹⁰. A Corte emitiu

3. No 101º Período Ordinário de Sessões, realizado em San José (Costa Rica), a Corte elegeu suas novas autoridades para o período 2014-2015: o Juiz Humberto Antonio Sierra Porto como Presidente do Tribunal e o Juiz Roberto de Figueiredo Caldas como Vice-Presidente.
4. No 101º Período Ordinário de Sessões, realizado em San José (Costa Rica), a Corte reelegeu o senhor Pablo Saavedra Alessandri como Secretário para o período 2014-2018.
5. Caso *Quintana Coello e outros Vs. Equador*, Caso *Liakat Ali Alibux Vs. Suriname*, Caso *Luna López Vs. Honduras*, Caso *Mémoli Vs. Argentina*, Caso *Suárez Peralta Vs. Equador*, Caso *das comunidades afrodescendentes deslocadas da bacia do rio Cacarica (Operação Gênesis) Vs. Colômbia*, Caso *Camba Campos Vs. Equador*, Caso *Família Pacheco Tineo Vs. Bolívia*, Caso *García Lucero e outros Vs. Chile*, Caso *Véliz Franco Vs. Guatemala*, Caso *J. Vs. Peru*, Caso *Gutiérrez e família Vs. Argentina*, Caso *Norín Catrimán e outros (Lonkos, dirigentes e ativistas do povo indígena Mapuche) Vs. Chile*, Caso *Osorio Rivera e outros Vs. Peru*, Caso *Brewer Carías Vs. Venezuela*, Caso *Tide Méndez e outros Vs. República Dominicana*, e Caso *Rodríguez Vera e outros vs. Colômbia*.
6. Caso *Cinco Pensionistas Vs. Peru*, Caso *Acevedo Jaramillo e outros Vs. Peru*, Caso *Gelman Vs. Uruguai*, Caso *López Álvarez Vs Honduras*, Caso *Anzualdo Castro Vs. Peru*, Caso *Juan Humberto Sánchez Vs. Honduras*, Caso *Acevedo Buendía e outros (“Cesantes y Jubilados de la Contraloría”) Vs. Peru*, Caso *Povo Saramaka Vs. Suriname*, Caso das meninas *Yean e Bosico Vs. República Dominicana*, Caso *Yatama Vs. Nicarágua*, Caso *Massacre do Povo Bello Vs. Colômbia* e Caso *Penal Miguel Castro Castro Vs. Peru*.
7. Caso *Família Barrios Vs. Venezuela*.
8. Caso *Mendoza e outros Vs. Argentina. Exceções Preliminares, Mérito e Reparações*. Sentença de 14 de maio de 2013 Série C No. 260; Caso *Suárez Peralta Vs. Equador. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 21 de maio de 2013. Série C No. 261; Caso *Mémoli Vs. Argentina. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 22 de agosto de 2013. Série C No. 265; Caso da Corte Suprema de Justiça (*Quintana Coello e outros) Vs. Equador. Exceção Preliminar, Mérito,*

26 resoluções de supervisão de cumprimento¹¹ e adotou três novas medidas provisórias¹², se reiteraram ou ampliaram sete medidas provisórias¹³ e se levantaram (parcial ou totalmente) 13 medidas provisórias¹⁴.

- Reparações e Custas*. Sentença de 23 de agosto de 2013. Série C No. 266; *Caso do Tribunal Constitucional (Camba Campos e outros) Vs. Equador. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 28 de agosto de 2013. Série C No. 268; *Caso García Lucero e outras Vs. Chile. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 28 de agosto de 2013. Série C No. 267; *Caso Luna López Vs. Honduras. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 10 de outubro de 2013. Série C No. 269; *Caso das Comunidades Afrodescendentes Deslocadas da Bacia do Rio Cacarica (Operação Gênesis) Vs. Colômbia. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 20 de novembro de 2013. Série C No. 270; *Caso Gutiérrez e família Vs. Argentina. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 25 de novembro de 2013. Série C No. 271; *Caso Família Pacheco Tineo Vs. Bolívia. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 25 de novembro de 2013. Série C No. 272; *Caso Osorio Rivera e familiares Vs. Peru. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 26 de novembro de 2013. Série C No. 274; *Caso García Cruz e Sánchez Silvestre Vs. México. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 26 de novembro de 2013. Série C No. 273; e *Caso J. Vs. Peru. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 27 de novembro de 2013. Série C No. 275.
9. *Caso Massacres de El Mozote e lugares limítrofes Vs. El Salvador. Interpretação da Sentença de Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 19 de agosto de 2013. Série C No. 264; e *Caso Gudiel Álvarez e outros ("Diario Militar") Vs. Guatemala. Interpretação da Sentença de Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 19 de agosto de 2013. Série C No. 262.
10. *Caso Massacre de Santo Domingo Vs. Colômbia. Pedido de Interpretação da Sentença de Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 19 de agosto de 2013. Série C No. 263.
11. *Caso García Asto e Ramírez Rojas Vs. Peru. Supervisão de Cumprimento de Sentença*. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 26 de novembro de 2013; *Caso Atala Riffo e filhas Vs. Chile. Supervisão de Cumprimento de Sentença*. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 26 de novembro de 2013; *Caso Cesti Hurtado Vs. Peru. Supervisão de Cumprimento de Sentença*. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 26 de novembro de 2013; *Caso Castillo Páez Vs. Peru. Supervisão de Cumprimento de Sentença*. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 26 de novembro de 2013; *Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname. Supervisão de Cumprimento de Sentença*. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 4 de setembro de 2013; *Caso Castañeda Gutman Vs. México. Supervisão de Cumprimento de Sentença*. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 28 de agosto de 2013; *Caso Yatama Vs. Nicarágua. Supervisão de Cumprimento de Sentença*. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 22 de agosto de 2013; *Caso Salvador Chiriboga Vs. Equador. Supervisão de Cumprimento de Sentença*. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 22 de agosto de 2013; *Caso Chitay Nech e outros Vs. Guatemala. Supervisão de Cumprimento de Sentença*. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 22 de agosto de 2013; *Caso Juan Humberto Sánchez Vs. Honduras. Supervisão de Cumprimento de Sentença*. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 22 de agosto de 2013; *Caso Cabrera García e Montiel Flores Vs. México. Supervisão de Cumprimento de Sentença*. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 21 de agosto de 2013; *Caso Huilca Tecse Vs. Peru. Supervisão de Cumprimento de Sentença*. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 21 de agosto de 2013; *Caso Anzaldo Castro Vs. Peru. Supervisão de Cumprimento de Sentença*. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 21 de agosto de 2013; *Caso López Álvarez Vs. Honduras. Supervisão de Cumprimento de Sentença*. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 29 de maio de 2013; *Caso Abril Alosilla e outros Vs. Peru. Supervisão de Cumprimento de Sentença*. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 22 de maio de 2013; *Caso dos Massacres de Ituango Vs. Colômbia. Supervisão de Cumprimento de Sentença*. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 21 de maio de 2013; *Caso González e outras ("Campo Algodonero") Vs. México. Supervisão de Cumprimento de Sentença*. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 21 de maio de 2013; *Caso Contreras e outros Vs. El Salvador. Supervisão de Cumprimento de Sentença*. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 14 de maio de 2013; *Caso Ibsen Cárdenas e Ibsen Peña Vs. Bolívia. Supervisão de Cumprimento de Sentença*. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 14 de maio de 2013; *Caso Radilla Pacheco Vs. México. Supervisão de Cumprimento de*

Por último, durante 2013 foram submetidos ao conhecimento da Corte 11 novos casos contenciosos¹⁵.

- **Relações e formas de cooperação desenvolvidas com outros organismos interamericanos, de outras regiões ou de caráter mundial, para a execução de atividades**

Durante o ano a Corte manteve uma estreita comunicação com a Secretaria-Geral da OEA em assuntos relacionados a temas administrativos e financeiros, contando sempre com seu apoio e colaboração para as atividades do Tribunal.

A Corte está ligada por estreitos laços institucionais à Comissão Interamericana de Direitos Humanos mediante reuniões que, por recomendação da Assembleia Geral, devem levar a cabo seus membros.

A Corte mantém estreitas relações com o Instituto Interamericano de Direitos Humanos, criado mediante convênio entre o Governo da Costa Rica e a Corte, que entrou em vigor em 17 de novembro de

Sentença. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 14 de maio de 2013; Caso *Gelman Vs. Uruguai*. Supervisão de Cumprimento de Sentença. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos, 20 de março de 2013; *Caso Vélez Loor Vs. Panamá*. Supervisão de Cumprimento de Sentença. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 13 de fevereiro de 2013; *Caso Gómez Palomino Vs. Peru*. Supervisão de Cumprimento de Sentença. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 13 de fevereiro de 2013; *Caso Albán Cornejo e outros Vs. Equador*. Supervisão de Cumprimento de Sentença. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 5 de fevereiro de 2013; *Caso Kimel Vs. Argentina*. Supervisão de Cumprimento de Sentença. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 5 de fevereiro de 2013; *Caso Baena Ricardo e outros Vs. Panamá*. Supervisão de Cumprimento de Sentença. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 5 de fevereiro de 2013.

12. Assunto *Castro Rodríguez respeito de México, Caso Pacheco Teruel e outros a respeito de Honduras, Assunto B. a respeito de El Salvador*.
13. Caso *Unidade de Internação Socioeducativa a respeito do Brasil*; Assunto *Wong Ho Wing a respeito do Peru*; Assunto *Adrián Meléndez Quijano e outros a respeito de El Salvador*; Caso *Família Barrios a respeito da Venezuela*; Caso *Almanza Suárez a respeito da Colômbia*; Assunto *Flores e outra com relação ao caso Torres Millacura e outros Vs. Argentina a respeito da Argentina*; Assuntos de *determinados Centros Penitenciários da Venezuela*; *Centro Penitenciário da Região Centro Ocidental (prisão de Uribana) a respeito da Venezuela*.
14. Assunto *Flores e Outra com relação ao Caso Torres Millacura e Outros Vs. Argentina a respeito da Argentina*; Caso *Pacheco Teruel e outros a respeito de Honduras*; Assunto *B. a respeito de El Salvador*; Assunto *Marta Colomina a respeito da Venezuela*; Assunto *Guerrero Larez a respeito da Venezuela*; Assunto *Caso Natera Balboa a respeito da Venezuela*; Assunto *Comunidades do Jiguamiandó e Curvaradó a respeito da Colômbia*; Assunto *Dottin e outros a respeito de Trinidad e Tobago*; Assunto *Meléndez Quijano e outros a respeito de El Salvador*; Caso *Família Barrios a respeito da Venezuela*; Assunto *Almanza Suárez a respeito da Colômbia*; Assunto *Millacura Llaipén a respeito da Argentina*; e Assunto *Giraldo Cardona e outros a respeito da Colômbia*.
15. Caso *Comunidade Garífuna Triunfo da Cruz e seus membros Vs. Honduras, Caso Povo Indígena Kuna de Madungandí e Emberá de Bayano e seus membros Vs. Panamá, Caso Marcel Granier e outros Vs. Venezuela, Caso García Cruz e Sánchez Silvestre Vs. México, Caso Rochac Hernández e outros Vs. El Salvador, Caso Zulema Tarazona Arrieta e outros Vs. Peru, Caso Comunidade Camponesa de Santa Bárbara Vs. Peru, Caso Comunidade Garífuna Punta Piedra e seus Membros Vs. Honduras, Caso Wong Ho Wing Vs. Peru, Caso García Ibarra e Família Vs. Equador, e Caso Carlos Alberto Canales Huapaya e outros Vs. Peru*.

1980. O Instituto é uma entidade internacional autônoma, de natureza acadêmica, dedicada à educação, pesquisa e promoção dos direitos humanos com um enfoque interdisciplinar e global.

A Corte mantém relações institucionais com a Corte Europeia de Direitos Humanos e com a Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos. Além disso, celebrou diversos convênios de cooperação com tribunais nacionais, universidades e centros de direitos humanos.

3.2 COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (“CIDH”) é um órgão autônomo da Organização dos Estados Americanos. Seu mandato está estabelecido na Carta da OEA, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (“Convenção Americana”) e seu Estatuto. A CIDH é um dos dois órgãos do sistema interamericano responsáveis pela promoção e proteção dos direitos humanos; o outro é a Corte Interamericana de Direitos Humanos. A CIDH é integrada por sete membros que atuam independentemente, sem representar um país em particular. Seus membros são eleitos pela Assembleia Geral da OEA para um período de quatro anos e podem ser reeleitos somente uma vez. A Secretaria Executiva cumpre as tarefas que lhe delega a CIDH e oferece a esta apoio jurídico e administrativo no desempenho de suas funções.

- **Períodos de sessões da Comissão Interamericana realizados em 2013**

A Comissão Interamericana se reuniu em três ocasiões durante 2013: de 7 a 22 de março, no 147º período ordinário de sessões; de 8 a 19 de julho, no 148º período ordinário de sessões; e de 24 de outubro a 8 de novembro, no 149º período ordinário de sessões¹⁶.

Durante 2013 a Comissão Interamericana aprovou um total de 44 relatórios de admissibilidade, nove de inadmissibilidade, seis de solução amistosa, 38 de arquivamento e 16 de mérito; e decidiu a publicação de três relatórios de mérito. Além disso, realizou 114 audiências e 36 reuniões de trabalho. Durante 2013, a CIDH recebeu 374 solicitações de audiência e realizou 114.

- **Visitas de trabalho**

República Dominicana: A Comissão Interamericana realizou uma visita à República Dominicana de 2 a 5 de dezembro de 2013, em resposta a um convite do Estado. A visita teve por finalidade observar a situação dos direitos de nacionalidade, identidade, igualdade e não discriminação, assim como outros direitos e problemas conexos.

Suriname: A Comissão efetuou uma visita de trabalho ao Suriname entre 23 e 25 de janeiro de 2013 a fim de examinar a situação dos direitos das mulheres e dos povos indígenas. A delegação esteve integrada pela Comissária Dinah Shelton, Relatora sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a Comissária Tracy Robinson, Primeira Vice-Presidente e Relatora sobre os Direitos das Mulheres, e funcionários da Secretaria Executiva.

Argentina: Uma delegação da Secretaria Executiva da CIDH realizou uma visita à Argentina entre 9 e 13 de maio de 2013, com o objetivo de elaborar um diagnóstico sobre o cumprimento das recomendações da

16. Com respeito a estes períodos de sessões, veja os seguintes comunicados de imprensa da CIDH: 23/13 e 83/13.

CIDH contidas no Relatório de Mérito Nº 2/12 sobre o caso das Comunidades Indígenas membros da Associação Lhaka Honhat da Argentina, aprovado em 26 de janeiro de 2012.

Honduras: Entre 14 e 18 de maio de 2013, a Relatora para Honduras, Comissária Tracy Robinson, e o Secretário Executivo da Comissão, Emilio Álvarez Icaza Longoria, visitaram Honduras no âmbito de sua participação como relatores na III Assembleia da Rede Latino-Americana e do Caribe para a Democracia (REDLAD). A delegação reuniu-se com autoridades estatais, representantes de organizações da sociedade civil e representantes de organismos internacionais e regionais. Além disso, se reuniram com mulheres indígenas líderes de diversas partes do país. Organizaram-se duas reuniões de casos em solução amistosa e três reuniões de acompanhamento de medidas cautelares.

Canadá: A Comissão realizou uma visita de trabalho ao Canadá entre 6 e 9 de agosto de 2013 a fim de examinar o desaparecimento e assassinato de mulheres indígenas na Columbia Britânica. A delegação esteve integrada pela Comissária Dinah Shelton, Relatora sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a Comissária Tracy Robinson, Primeira Vice-Presidente e Relatora sobre os Direitos das Mulheres, e funcionárias da Secretaria Executiva.

Guatemala: A Relatoria sobre os Direitos dos Povos Indígenas realizou uma visita de trabalho à Guatemala entre 21 e 30 de agosto de 2013. O objetivo da visita foi colher informação sobre a situação dos povos indígenas na Guatemala.

- **Relatorias temáticas e formas de cooperação com outros organismos**

Em cumprimento a seu mandato de promoção, a Comissão realizou visitas a Argentina, Bahamas, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Panamá, Peru, República Dominicana, Suriname e Uruguai. Adicionalmente, foram feitas apresentações de promoção do sistema interamericano e reuniões de aproximação com os sistemas regionais na África, Ásia e Europa.

Durante 2013 a Comissão aprovou relatórios temáticos que estabelecem padrões interamericanos nas matérias correspondentes, nos quais se emitem recomendações aos Estados para o avanço na aplicação dos mesmos.

- Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre a situação das pessoas privadas de liberdade em Honduras
- Direito da criança à família. Cuidado alternativo. Pondo fim à institucionalização nas Américas
- Garantias para a independência dos operadores de justiça. Em prol do fortalecimento do acesso à justiça e o estado de direito nas Américas
- Relatório de impacto sobre o procedimento de solução amistosa
- Povos indígenas em isolamento voluntário e contato inicial nas Américas: recomendações para o pleno respeito a seus direitos humanos
- Relatório sobre o uso da prisão preventiva nas Américas
- Relatório sobre a situação de direitos humanos dos migrantes e outras pessoas no contexto da mobilidade humana no México
- Verdade, justiça e reparação: quarto relatório sobre a situação dos direitos humanos na Colômbia

Estreitaram-se laços com a sociedade civil e relações de cooperação com diversos organismos internacionais na América, Europa, Ásia e Europa. Em especial, mantiveram-se espaços de intercâmbio e diálogo com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, assim como com ACNUDH, UNAIDS, ACNUR,

UNICEF, UNODC, ILANUD e com os Relatores Especiais das Nações Unidas sobre tortura, liberdade de expressão e execuções extrajudiciais, entre outros.

3.3 TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

O Tribunal Administrativo da OEA é um órgão autônomo com competência para julgar as controvérsias suscitadas entre a Secretaria-Geral da OEA (SG/OEA) e seus funcionários quando se alegue descumprimento das condições estabelecidas nas respectivas nomeações ou contratos, ou infração das Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral e demais disposições aplicáveis, inclusive as relativas ao Plano de Aposentadoria e Pensões da SG/OEA.

Nesse período o Tribunal Administrativo esteve integrado pelos seguintes Juízes: Suzie D'Auvergne, Presidenta (Santa Lúcia); Alma Montenegro de Fletcher, Vice-Presidente (Panamá); Magali Rojas Delgado (Peru), Andre M. Surena (Estados Unidos), Héctor Enrique Arce Zaconeta (Bolívia) e Homero Máximo Bibiloni (Argentina).

O Tribunal Administrativo realizou seu LXI Período Ordinário de Sessões de 21 a 23 de agosto de 2013 para celebrar as audiências de testemunhas e o debate oral correspondente ao Recurso 299 que fora apresentado em abril do mesmo ano. Adicionalmente, em agosto de 2013, foi apresentado o Recurso 300, cuja fase documental seguiu seu curso até o final do ano.

Em 1º de outubro de 2013 foi emanada a Sentença 161, que pôs fim ao Recurso 299.

Durante o segundo semestre de 2013 criaram-se as versões eletrônicas (e-book) das publicações mais recentes do Tribunal Administrativo: “Estatuto e Regulamento do Tribunal Administrativo da OEA” e “Current Issues in the Law and Practice of International Administrative Tribunals”. Adicionalmente, publicou-se em formato impresso uma nova edição do Estatuto e Regulamento do Tribunal Administrativo, incorporando as reformas adotadas em 2012 para ambos os quadros normativos e acrescentando conteúdos comemorativos do quadragésimo aniversário deste órgão.

Com o apoio do Departamento de Serviços de Tecnologia e Informação (DOITS) avançou-se na construção de um novo site que cumpre os padrões de imagem institucional da SG/OEA e contará com novas ferramentas para a busca de decisões e manejo de resultados. Com o apoio da Biblioteca Colombo, conseguiu-se sistematizar a informação de todos os membros, períodos de sessões e relatórios anuais do Tribunal Administrativo desde a sua instalação em 1972.

O Tribunal Administrativo fortaleceu também suas relações de cooperação com outras entidades participando em reuniões que agruparam Juízes e Secretários de outros tribunais internacionais e intercambiando informação no nível de secretarias sobre temas relacionados com designações de Juízes, métodos para a consubstanciação de casos, antecedentes jurisprudenciais e formas de compensação aplicáveis, entre outros assuntos.

3.4 INSTITUTO INTERAMERICANO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O IIN foi fundado em 1927 e se incorporou como Organismo Especializado da OEA em 1949. Ajuda os governos dos Estados membros no desenvolvimento de políticas públicas de infância e adolescência. Seus órgãos são o Congresso Pan-Americano da Criança, o Conselho Diretor (integrado pelas máximas autoridades de infância dos Estados membros) e a Secretaria do Instituto. Desenvolve ações em cumprimento do Plano de Ação 2011-2015 e outros mandatos outorgados pela Organização.

- **Responsabilidade penal adolescente**

Implementaram-se orientações técnicas para a execução de sanções em meio aberto. Para tanto, trabalhou-se na Colômbia e Guatemala em orientações e modelos de trabalho com adolescentes agressores sexuais e no Panamá na implementação da medida reeducativa. Este trabalho esteve acompanhado de um processo de capacitação semipresencial nos três Estados, com a participação de 90 funcionários.

Com o apoio de elos técnicos dos Estados que compõem o grupo de trabalho sobre responsabilidade penal adolescente, estruturou-se o curso geral ministrado sobre a matéria e se desenvolveu uma compilação comparativa de Legislação sobre Responsabilidade Penal Adolescente na Região.

- **Primeira Infância**

Elaborou-se um documento de diretrizes para a promoção de capacidades de cuidado e criação na família, orientado à Primeira Infância, na formulação de políticas públicas e ações impulsionadas pelos Estados no tema.

- **Direitos da Infância e Adolescência frente ao risco de Desastres Naturais e Emergências**

Transferiu-se aos Estados do Peru e da República Dominicana o Quadro de Política sobre os Direitos da Infância e Adolescência na gestão de risco de desastres, assim como os guias complementares “Gestão e coordenação - Instrumentos de atuação para funcionários públicos” e “Manual para prevenção e atenção à infância e adolescência frente a desastres e emergências”, dirigido a funcionários públicos.

- **“Programa Interamericano de Cooperação para Prevenir e Reparar Casos de Subtração Internacional de Menores por parte de um de seus Progenitores”, AG/RES. 2133 (XXXV-O/05)**

Com a cooperação da República da Argentina, prepararam-se diretrizes para a construção de intervenções sem revitimização e com detecção de necessidades de intervenção psicossocial para crianças e adolescentes vítimas de sequestro. Igualmente, atualizou-se a página relativa à temática no site do IIN.

- **“Programa de Cooperação Interamericano para a Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual, do Tráfico e do Contrabando de Crianças e Adolescentes”. AG/RES. 2771 (XLIII-O/13)**

Compilação e atualização de informação na região posta à disposição dos Estados, mediante a relação permanente com suas Comissões Nacionais. Ofereceu-se assistência técnica ao Chile, na elaboração do Segundo Quadro de Ação contra a ESNNA. Ofereceu-se assistência ao Uruguai na realização do relatório do país, em cumprimento do Protocolo Facultativo contra a prostituição infantil, tráfico e pornografia.

- **Cursos de Capacitação:**

Foram dados os seguintes cursos de capacitação: “Atualização dos Direitos”, “Primeira Infância”, “Participação”, “Sequestro Internacional”, “Responsabilidade Penal Adolescente”, “Meios de Comunicação e Direitos da Infância”, “Exploração Sexual”. Nestes cursos participaram 255 funcionários de 13 Estados.

3.5 COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES

A Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), estabelecida em 1928, foi o primeiro órgão intergovernamental para assegurar o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. Em 1948, converteu-se em organismo especializado da OEA. A máxima autoridade da CIM é a Assembleia de Delegadas, na qual participam todos os Estados membros da OEA. Seus mandatos procedem da Assembleia de Delegadas, da Assembleia Geral da OEA e das Cúpulas das Américas. O mandato mais amplo, adotado em 2000, é o Programa Interamericano para a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e a Equidade e Igualdade de Gênero (PIA).

O Comitê Diretor, em cumprimento das disposições da Assembleia Geral para fortalecer a Comissão,¹⁷ adotou em 2011 o Plano Estratégico da CIM 2011-2016. O Plano busca fortalecer seus dois papéis primordiais: i) fórum político hemisférico para os direitos das mulheres e a igualdade de gênero; e ii) assessoria técnica para a institucionalização de uma perspectiva de direitos e de igualdade de gênero em todas as políticas, projetos, reuniões, fóruns e outras atividades da OEA.

Durante 2012 a CIM executou projetos e proporcionou apoio técnico nos seguintes âmbitos:

- **Cidadania política das mulheres para a democracia**

A CIM continuou um processo inovador de diálogo para fortalecer os sistemas democráticos da região sob uma perspectiva de cidadania plena das mulheres, com apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), o Governo do México, ONU Mulheres e IDEA Internacional. O Segundo Fórum Hemisférico “Cidadania das Mulheres para a Democracia” (julho de 2012, Santo Domingo), em seguimento aos resultados de 2011, debateu um marco analítico de referência regional sobre a democracia a partir da visão, experiência e direitos das mulheres.

- **Direitos humanos das mulheres e violência de gênero**

A 4ª Conferência de Estados Partes da Convenção de Belém do Pará (abril de 2012) adotou 27 relatórios nacionais e o Segundo Relatório Hemisférico sobre a Implementação da Convenção de Belém do Pará (MESECVI, 2012). A 9ª Reunião do Comitê de Peritas do MESECVI (novembro de 2012) adotou o primeiro Plano Estratégico do MESECVI 2013-2017 e o primeiro sistema regional de indicadores para avaliar o exercício do direito das mulheres a viver uma vida livre de violência. Paralelamente, realizou-se um seminário internacional sobre mulheres indígenas e o sistema interamericano de justiça, para analisar os obstáculos à plena participação das mulheres de comunidades indígenas nos sistemas de justiça, identificar ações concretas para fortalecer sua participação no MESECVI e integrar a avaliação de seu direito a viver livres da violência.

- **Segurança e cidadania econômica das mulheres**

Entre 2009 e 2011, a CIM implementou o projeto hemisférico “Avanço da igualdade de gênero no âmbito do trabalho decente,” com o Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego (DDSE/OEA) e a OIT. Dando seguimento aos workshops sub-regionais sobre planejamento estratégico

17. AG/RES. 1451 (XXVII-O/97), AG/RES. 1592 (XXVIII-O/98), AG/RES. 1625 (XXIX-O/99), AG/RES. 1777 (XXXI-O/01), AG/RES. 1941 (XXXIII-O/03), AG/RES. 2021 (XXXIV-O/04), AG/RES. 2124 (XXXV-O/05), AG/RES. 2161 (XXXVI-O/06), AG/RES. 2323 (XXXVII-O/07), AG/RES. 2441 (XXXIX-O/09), AG/RES. 2560 (XL-O/10), AG/RES. 2685 (XLI-O/11) e AG/RES. 2710 (XLII-O/12)

com enfoque de gênero, realizou-se o estudo “Institucionalização de gênero nos Ministérios do Trabalho das Américas: Seguimento aos workshops de planejamento estratégico com enfoque de gênero” (CIM, 2013).

Para maximizar o impacto de seu trabalho no âmbito regional, sub-regional e nacional, a CIM estabeleceu alianças estratégicas com:

- Organismos internacionais: ONU Mulheres, IDEA Internacional, UNAIDS, UNFPA, OPAS, IIDH e OIT.
- Mecanismos intergovernamentais: a Rede de Mulheres Parlamentares da Confederação de Paramentos das Américas (COPA) e o Conselho de Ministras da Mulher da América Central (COMMCA).
- Organizações e redes da sociedade civil: o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres (CLADEM), a Equipe Latino-Americana de Justiça e Gênero (ELA), o Centro Vance do Colégio de Advogados de NY, o Colégio de Advogados dos Estados Unidos (ABA), a Comunidade Internacional de Mulheres Vivendo com HIV (ICW), a Fundación Más Paz Menos Sida, o Instituto para a Justiça e a Democracia no Haiti (IJDH) e Just Associates.

3.6 COMISSÃO INTERAMERICANA DE TELECOMUNICAÇÕES

A Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL) foi estabelecida pela Assembleia Geral mediante a resolução AG/RES.1224 (XXIII-O/93), em conformidade com o artigo 52 da Carta da Organização. Sua missão é facilitar e promover o desenvolvimento integral e sustentável das telecomunicações e tecnologias da informação e comunicação (TIC) no Hemisfério, com base nos princípios de universalidade, solidariedade, transparência, equidade, reciprocidade, não discriminação, neutralidade tecnológica e otimização dos recursos, levando em conta o meio ambiente e o desenvolvimento humano sustentável para o benefício da sociedade em cada país da região.

A estrutura atual da CITEL é constituída pela Assembleia, a Comissão Diretora Permanente (COM/CITEL), a Comissão de Coordenação, as Comissões de Consulta Permanentes (CCP) e a Secretaria.

Os membros da CITEL reconhecem que as telecomunicações (TIC) constituem instrumentos eficientes e eficazes para facilitar o acesso de todos à informação e educação. Do mesmo modo, são fundamentais para possibilitar a liberdade de expressão, componente essencial na promoção da democracia, defesa dos direitos humanos, garantia da segurança e fomento do desenvolvimento integral e da prosperidade do hemisfério, os quatro pilares da OEA.

Os mandatos e recomendações estão contidos nas resoluções, recomendações e decisões da Assembleia Geral da OEA e de suas comissões e nos planos de ação e declarações das Cúpulas das Américas.

Em 2013 foram realizadas 10 reuniões de comissões e grupos de trabalho e 10 seminários, workshops e tutoriais. Entre estes últimos, destacamos: interconexão e roteamento na Internet; programa de inclusão de mulheres e meninas nas TIC; qualidade, controle e supervisão nos serviços de TIC, ferramentas, papéis e outras considerações para a luta contra o spam e serviços de satélite fixo e móvel.

Entre as atividades da CITEL durante 2013, podemos destacar:

- Análise sobre políticas e regulamentações de telecomunicações e TIC, entre elas: proteção da criança on-line; qualidade, controle e supervisão dos serviços de TIC; diagnóstico sobre roaming internacional; estudos sobre gestão de resíduos de aparelhos eletrônicos e elétricos; medidas regionais para a inclusão das meninas e mulheres no uso das TIC; análise de medidas conjuntas dos Estados membros da OEA para a não ativação de terminais móveis cuja origem não esteja plenamente identificada ou que tenham sido roubados ou extraviados; análise de aplicações móveis para a modalidade “traga seu próprio dispositivo” (BYOD); relatório sobre encargos de terminação móvel a móvel e estratégias para a banda larga na região da Américas.
- Também foram considerados temas técnicos, como: procedimentos mínimos requeridos para a comprovação técnica do espectro; uso da banda de 698 a 806 MHz em zonas fronteiriças; elaboração de princípios para os aspectos de radiocomunicações nos planos nacionais de banda larga; recomendação sobre Proteção Pública e Socorro em Caso de Catástrofe (PPDR) com base em sistemas de telecomunicações móveis internacionais (IMT); diretrizes para facilitar a coordenação do uso do espectro pelos serviços fixos e móveis terrestres em zonas de coordenação; análise dos usos atuais e projetados das bandas 1.350-1400 MHz e 1.427-1.525 MHz e uso das bandas 1710-1780 / 2110-2180 MHz nas Américas para serviços de banda larga móvel.
- Continuou-se com a preparação de propostas interamericanas à Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações de 2014, a Conferência de Plenipotenciários de 2014 e os 35 pontos da agenda da Conferência Mundial de Radiocomunicações de 2015 da União Internacional de Telecomunicações (UIT). Para obter um trabalho mais eficiente dos 193 países representados nestas conferências mundiais, trabalha-se de maneira coordenada entre seis regiões, cabendo à OEA, por intermédio da CITEL, representar as Américas.
- Foram capacitados em telecomunicações, mediante o oferecimento de 59 bolsas, participantes de 16 países da região em 13 cursos (à distância e presenciais). A CITEL conta atualmente com 22 Centros Regionais de Capacitação e coordena seus trabalhos com a União Internacional de Telecomunicações.

Finalmente, deve-se assinalar que a CITEL assinou Acordos de Cooperação com 20 organizações internacionais e regionais como um meio para evitar a duplicação de esforços, melhorando a efetividade na obtenção de resultados.

3.7 ESCRITÓRIO DO INSPETOR-GERAL

As atividades do Escritório do Inspetor-Geral (OIG) respondem ao disposto no Capítulo IX, Assessoramento, Auditoria e Fiscalização Financeira, das Normas Gerais para o funcionamento da Secretaria-Geral e na Ordem Executiva nº 95-05. Tais disposições estabelecem a função de auditoria interna que ajuda o Secretário-Geral e os órgãos gestores na vigilância e devido cumprimento das responsabilidades dos diversos níveis da administração com respeito aos programas e recursos da Secretaria-Geral. O objetivo do OIG é assegurar o exame sistemático dos procedimentos operacionais e as transações financeiras da sede e dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados Membros.

- **Fortalecimento das funções**

Durante 2013, o Escritório do Inspetor-Geral se concentrou em estabelecer políticas e procedimentos coerentes, inclusive a implementação de um programa de melhoramento do controle de

qualidade e um plano anual baseado em uma avaliação de riscos, a atualização do manual de procedimento de auditoria e o desenvolvimento de um mecanismo para dar seguimento às recomendações pendentes. Ao estabelecer estas políticas e procedimentos o Escritório do Inspetor-Geral, avançou consideravelmente na padronização dos processos operacionais internos. Este trabalho estabeleceu uma firme base para os próximos anos a fim de garantir a produtividade e a eficiência.

A fim de responder às recomendações pendentes da Junta de Auditores Externos, o Inspetor-Geral apresentou o cronograma de um plano de ação para melhorar as operações.

- **Auditorias**

Durante 2013, o Escritório do Inspetor-Geral informou acerca de seis auditorias e de uma consulta on-line. Além disso, na data deste relatório, duas auditorias estavam na etapa de apresentação de relatório e outra na etapa de trabalho de campo. Durante a execução de suas atividades, o Escritório do Inspetor-Geral se concentrou principalmente em operações de alto risco e naquelas com maiores possibilidades de melhorar a eficiência, efetividade e uso dos recursos na Secretaria-Geral.

Durante este período, as auditorias operacionais realizadas na sede se concentraram em examinar o seguinte: os Serviços de Administração de Caixa, a revisão sobre a Segurança e a Informação, o Cadastro de Fornecedores, a Recuperação de Custos Indiretos, o Escritório da SG/OEA em Honduras, o Escritório da SG/OEA no Uruguai, o Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN), o cumprimento da política de viagem em classe econômica e as gravações de áudio realizadas durante o Quadragésimo Terceiro Período de Sessões da Assembleia Geral.

- **Investigações**

O Escritório do Inspetor-Geral conta com uma linha confidencial direta, através da qual é possível apresentar denúncias sobre desonestidade financeira. Em 2013, o Escritório do Inspetor-Geral apresentou quatro relatórios de investigação e três alegações continuam sendo investigadas. Estes relatórios apresentaram recomendações destinadas a fortalecer os controles internos, melhorar o processo de aquisições e gestão de projetos e controlar o cumprimento das normas e regulamentos atuais do sistema jurídico da Secretaria-Geral.

- **Outras atividades**

O Escritório do Inspetor-Geral continuou assessorando e prestando assistência à Secretaria-Geral através de análises, avaliações, investigações e recomendações, participando como observador numa série de comitês e apresentando relatórios a diversos órgãos estabelecidos. Durante o último trimestre de 2013, realizou-se uma avaliação externa da qualidade do Escritório do Inspetor-Geral e o relatório será apresentado ao Conselho Permanente e à Junta de Auditores Externos, junto com o correspondente plano do Inspetor-Geral para considerar suas recomendações.

3.8 JUNTA DE AUDITORES EXTERNOS

Em conformidade com a resolução 123 da Assembleia Geral (III-O/73), adotada em 14 de abril de 1973, e a resolução 124 do Conselho Permanente de 10 de junho de 1975, a Junta de Auditores Externos é o órgão responsável pela auditoria externa das contas da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos.

A Junta realizou sua reunião anual de 15 a 19 de abril de 2013, para preparar seu relatório sobre a auditoria externa das contas e demonstrativos financeiros comparativos da SG/OEA para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 15 de maio de 2013, a Junta apresentou suas observações (OEA/Ser.S JAE/doc.43/13). O relatório inclui quatro seções: a) Relatório da Junta de Auditores Externos; b) Demonstrativos financeiros da OEA; c) Demonstrativos Financeiros de Agências e Entidades Relacionadas com a OEA; d) Fundo de Aposentadoria e Pensões da OEA.

Com base nos pareceres sem ressalvas emitidos por Ernst & Young, LLP, os demonstrativos financeiros correspondentes às entidades auditadas estão de acordo com os livros, documentos e comprovantes da SG/OEA.

As recomendações, em resumo, foram:

Ao Conselho Permanente e Assembleia Geral:

- Evitar um déficit estrutural no futuro garantindo a coerência entre o mecanismo para fixar as cotas da OEA e o mecanismo para fixar os gastos.
- Introduzir sanções pelo pagamento atrasado de cotas e suprima os descontos por pagamento adiantado.
- Destinar os recursos necessários para a implementação das normas IPSAS.

À SG/OEA:

- Estabelecer uma estratégia sustentável de bens imóveis incluindo a venda da Casa do Soldado.
- Continuar com as iniciativas de SAF de simplificação.
- Avaliar alternativas para apoiar a execução de programas e melhoramento dos controles internos nos escritórios nacionais.
- Que a Junta de gestão de tecnologia informática concentre seu trabalho em um sistema empresarial sustentável.
- Criação de um único comitê de investimentos centralizado que supervise todos os fundos de investimento.
- Continuar controlando a potencial insuficiência de fundos do plano de aposentadoria e pensões de benefícios definidos.

Ao Escritório do Inspetor-Geral:

- Realizar um exame completo em toda a Organização das operações da OIG, bem como fornecer à Junta um plano de ação para melhorar as operações em 31 de dezembro de 2013.
- Levar adiante uma avaliação do Escritório do Inspetor-Geral mediante um exame a cargo de pares.

Após o resumo da situação financeira do Fundo Ordinário, Fundos Específicos e contribuições especiais à OEA, esta levou em conta as iniciativas da Administração da SG/OEA para pôr em prática as recomendações emanadas do Relatório da Junta do ano anterior, bem como outros pontos de interesse da Junta.

A Junta ressaltou que a firma de auditores independentes emitiu opiniões sem ressalvas, que constituem o melhor resultado possível de uma auditoria, com respeito aos seguintes demonstrativos financeiros de 2012:

- Fundo Ordinário, FEMCIDI, Fundos Específicos e de Serviços da OEA
- Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe
- Fundo Comemorativo de Beneficência Rowe
- Fundação para as Américas
- Fundo de Benefícios Médicos
- Junta Interamericana de Defesa
- Fundo de Aposentadoria e Pensões

4. ENTIDADES E ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

4.1 JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA

A Junta Interamericana de Defesa (JID) presta assessoramento aos programas da Organização dos Estados Americanos (OEA), promove a paz e segurança do Hemisfério, fomenta a confiança entre os Estados membros mediante vínculos de assessoramento militar, fortalece as relações entre civis e militares e supervisiona o programa acadêmico superior no Colégio Interamericano de Defesa (CID).

Em 2013, a Junta Interamericana de Defesa (JID) continuou seu trabalho de assessoria técnica consultiva e educativa em temas relacionados com assuntos militares e de defesa do hemisfério, para contribuir ao cumprimento da Carta da OEA.

Também continuou fomentando seu papel de facilitador entre a OEA, países-membros, conferência dos ministérios de defesa, organizações regionais e sub-regionais e as Forças Armadas, além de incentivar que mais países se integrem à JID.

Além disso, seu trabalho concentrou-se em responder aos programas da OEA, buscando concretizar vínculos de cooperação militar, fortalecer as relações entre civis e militares e consolidar o programa acadêmico do CID.

Durante 2013, as tarefas e funções desenvolvidas tiveram como orientação as referências indicadas no Estatuto e as que surgiram da análise da AG/RES. 2809 (XLIII-O/13).

A JID realizou reuniões de trabalho com as seguintes autoridades: o Secretário-Geral, o Secretário-Geral Adjunto, o Presidente do CHS, o Secretário de Segurança Multidimensional, o Secretário de Assuntos Administrativos, embaixadores de vários países da OEA, ministros e vice-ministros de defesa ou segurança pública, oficiais do alto comando da defesa e policiais de diversos países.

Aumentou-se a cooperação e interação com outros organismos regionais e hemisféricos, como a Conferência de Ministros de Defesa das Américas (CMDA) e a Secretaria Pro Tempore, a Conferência das Forças Armadas Centro-Americanas (CFAC), a Comunidade do Caribe (CARICOM), o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), a Conferência Naval Interamericana (CNI), a Conferência de Exércitos Americanos (CEA) e o Sistema de Cooperação entre as Forças Aéreas Americanas (SICOFAA), conseguindo desenvolver diversas atividades em conjunto.

A JID presta assessoria técnica consultiva e administrativa à Secretaria Pro Tempore da XI CMDA, através de assessores que executam as tarefas e trabalhos atribuídos por esse organismo.

Aprovou-se a proposta de Plano Anual da JID para o período 2013-2014, que foi apresentada à CSH no mês de setembro de 2013.

Foram proporcionados insumos à CSH com a revisão dos papéis da JID, no contexto da visão estratégica da OEA.

Por outro lado, a Casa do Soldado foi visitada por diversas academias de estudos superiores e estratégicos da Argentina, Peru, Paraguai e Guatemala.

A JID continuou reunindo protocolos que são utilizados para a destruição de arsenais e munições em mau estado, levando a cabo o seminário sobre “Técnicas e Experiências na Administração e Destruição de Excedentes em Armas”.

Foram realizados o simpósio “As Forças Armadas e sua Participação em Tarefas de Segurança Pública e Desenvolvimento” no auditório do Colégio Interamericano de Defesa e o Exercício de Assistência Humanitária III (AH III) na Casa do Soldado.

Efetuiu-se a redação de doutrinas e políticas de defesa nacional relativas a “Livros Brancos” dos países-membros.

Também se prestou apoio contínuo aos fóruns realizados na OEA na criação de novas medidas de fomento e coordenação de segurança.

Foram monitorados os diversos fenômenos que ocorrem no hemisfério, com o fim de fazer um acompanhamento para a prevenção e atenção aos desastres naturais, como a coordenação das ações de assistência humanitária das forças armadas em apoio a um país afetado.

Continua o desenvolvimento de estudos sobre os componentes de uma Estratégia de Defesa Cibernética para os pequenos Estados Insulares do Caribe

Realizou-se a Primeira Conferência Interamericana de Logística (CILog), a qual proporciona as ferramentas e elementos para o apoio a desastres naturais.

Proseguem os trabalhos com o Grupo de Monitores Internacionais (GMI) na Colômbia dentro do programa AICMA e registrou-se a culminação dos trabalhos em MARMINAS, estabelecendo as cerimônias de encerramento nos respectivos países, em janeiro de 2014.

O CID, que atualmente conta com alunos de 15 países-membros da OEA, oferece um programa acadêmico de excelência e está trabalhando de maneira constante em credenciamento para emitir um mestrado a seus graduados. Durante 2013, o Colégio ofereceu seminários concentrados nos Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário; Emergências Complexas e Desastres de Grande Escala; e Operações de Paz.

Além disso, o CID iniciou uma solicitação de licença através da “Education Licensure Commission” do Distrito de Colúmbia e o credenciamento do “Accrediting Council for Independent Colleges and Schools” (ACICS).

4.2 INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), reconhecido pela Organização dos Estados Americanos (OEA) como o organismo do Sistema Interamericano especializado na agricultura e no bem-estar rural, tem como missão “fornecer cooperação técnica, inovação e conhecimento especializado para o desenvolvimento competitivo e sustentável da agricultura das Américas”. Seu Diretor Geral, que foi reeleito em 2013 para um novo período de quatro anos, é o Dr. Víctor M. Villalobos, cidadão mexicano.

Um dos principais compromissos que o IICA assumiu em 2013 foi o de fortalecer sua capacidade técnica para acompanhar os países em suas aspirações por uma agricultura mais competitiva, inclusiva e sustentável. Com esse fim nesse ano foram executados 492 projetos de cooperação técnica, 183

financiados com recursos próprios e 309 com fundos externos. Como resultado das ações desses projetos, as principais contribuições do Instituto em 2013 podem ser assim resumidas:

- Obteve-se uma articulação renovada do Sistema Hemisférico de Inovação Agrícola, formaram-se parcerias público-privadas e redes de inovação de âmbito regional e desenvolveram-se tecnologias inovadoras em benefício dos produtores, que permitiram aos países melhorar seus materiais genéticos e o abastecimento dos mercados.
- Mais de 2.400 integrantes dos sistemas nacionais de inovação do trópico sul-americano e da região do Caribe tiveram acesso a resultados de pesquisas e a avanços tecnológicos obtidos no âmbito de diversas redes regionais e como resultado de ações realizadas com centros internacionais.
- Foi criada a Iniciativa Centro-Americana de Biotecnologia e Biossegurança (ICABB), capacitando mais de 2.000 pessoas em temas relacionados com biossegurança, análise de risco, insumos biológicos e comunicação.
- Bolívia, Peru, Equador e Colômbia aprovaram uma proposta harmonizada de norma regional para a produção orgânica.
- Mais de 30 instrumentos de cooperação técnica fazem parte de uma caixa de ferramentas do IICA em matéria de agronegócios, que permitiu fortalecer as capacidades de 30 organizações de produtores do Equador, Paraguai e Guatemala, além de capacitar aproximadamente 5.000 atores da agricultura em empreendedorismo, agregação de valor e promoção de exportações, entre outros temas.
- O fortalecimento das relações do IICA com a Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária (CIPF), a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e o Codex Alimentarius facilitou a participação dos países-membros do Instituto em reuniões virtuais, fóruns e comitês em que se discutiram e aprovaram normas em sanidade vegetal e inocuidade dos alimentos.
- O Instituto liderou a implementação de projetos com parceiros estratégicos para criar duas escolas virtuais de inspetores de alimentos e de sanidade vegetal.
- Prestou-se apoio a operações de campo no México, para que mantivesse o status fitossanitário de país livre da mosca do Mediterrâneo; no Paraguai, para que recuperasse o status de país livre da febre aftosa com regime de vacinação; e na América Central, para combater a ferrugem do café.
- Foram introduzidas inovações legais e normativas, estabeleceram-se arranjos intersetoriais e desenvolveram-se modelos de gestão institucional ajustados às particularidades de diversos territórios rurais. Além disso, fortaleceram-se as capacidades em gestão com enfoque territorial de mais de 1.100 líderes de entidades públicas, governos locais e outras instituições de 13 países.
- Em aliança com o CONACYT do México, implementou-se um programa de bolsas que permitiu a 98 profissionais de 20 países da América Latina e do Caribe (ALC) realizar estudos de pós-graduação em instituições de educação superior de agricultura.
- Nos ministérios de agricultura e meio ambiente, impulsionou-se o tema dos efeitos da mudança climática e medidas para adaptar-se, mitigar seus efeitos e não comprometer mais a segurança alimentar. Mais de 200 especialistas de 16 países reforçaram suas capacidades em estratégias de adaptação à mudança climática. Além disso, conseguiu-se aumentar a participação de delegações do setor agropecuário de diversos países-membros em negociações internacionais sobre a mudança climática.
- Junto com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o IICA apresentou o relatório “Perspectivas da agricultura e do desenvolvimento rural nas Américas: uma visão da América Latina e do Caribe em 2014”, que se somou a cerca de 50 publicações técnicas postas à disposição do público em www.iica.int.

- O IICA difundiu um grande número de metodologias para avaliar o impacto das políticas públicas, analisar o nível de integração dos mercados, promover a gestão do conhecimento e identificar produtos com maior potencial comercial e gargalos no uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC).

A ação institucional foi favorecida pela colaboração com parceiros estratégicos, como a FAO, o FIDA, a CEPAL, a Organização Mundial do Comércio (OMC), as Nações Unidas, diversos centros internacionais e agências da Espanha, Finlândia, Suíça, Canadá e UE.

Em matéria de órgãos de governo, na cidade do México realizou-se a Trigésima Terceira Reunião Ordinária do Comitê Executivo. Em Buenos Aires, Argentina, realizou-se a Decima Sétima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) e o Encontro de Ministros da Agricultura das Américas 2013, cujo tema central foi “Água, alimento para a terra”, no qual o Instituto obteve consenso sobre um documento em que se apresentam os principais desafios para melhorar a produtividade da água na agricultura.

Quanto à gestão institucional, apesar de as contribuições econômicas dos países terem se mantido sem aumento, os resultados obtidos nesse âmbito foram altamente satisfatórios, como resultado do manejo estrito, equitativo e transparente dos recursos disponíveis. Manteve-se a viabilidade financeira e operacional do Instituto, o que gerou maior segurança na provisão dos serviços de cooperação técnica. Por outro lado, a taxa institucional líquida, com a qual se recuperam custos indiretos gerados pela administração de projetos financiados com recursos externos, alcançou uma média de 7%.

Por último, o IICA implantou novos sistemas gerenciais para a programação, o acompanhamento e a gestão do talento humano, tornando mais efetivas suas operações hemisféricas. Em matéria financeiro-contábil o sistema “SAP” foi implantado em todo o Instituto, obtendo maior segurança, agilidade e eficiência no manejo dos recursos.

4.3 COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA

A Comissão Jurídica Interamericana (CJI) é um dos órgãos por meio dos quais a OEA realiza seus fins (Art. 53 da Carta). O Capítulo XIV da Carta define sua composição, atribuições e funções da seguinte forma: serve de órgão consultor da Organização em assuntos jurídicos; promove o desenvolvimento progressivo e a codificação do Direito Internacional; e estuda os problemas jurídicos referentes à integração dos países para o desenvolvimento do Hemisfério.

Durante o período a CJI esteve integrada pelos seguintes membros: João Clemente Baena Soares (Brasil, Presidente), Fabián Novak Talavera (Peru, Vice-Presidente), Ana Elizabeth Villalta Vizcarra (El Salvador), David P. Stewart (Estados Unidos), Hyacinth Evadne Lindsay (Jamaica), Freddy Castillo Castellanos (Venezuela), Miguel Aníbal Pichardo Olivier (República Dominicana), Fernando Gómez Mont Urueta (México), Jose Luis Moreno (Equador), Carlos Mata Prates (Uruguai) e Gélin Imanès Collot (Haiti, eleito pela Assembleia Geral reunida em Cochabamba, em junho de 2012). Os serviços de Secretaria e apoio técnico à Comissão Jurídica foram proporcionados pelos funcionários do Departamento de Direito Internacional da Secretaria de Assuntos Jurídicos.

Em 2013, a Comissão Jurídica Interamericana (CJI) realizou o 82º e o 83º Período Ordinário de Sessões em sua sede, no Rio de Janeiro, Brasil, durante os meses de março e agosto e adotou três relatórios: “Orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero” (CJI/doc.417/12 rev.2 corr.1); “Proteção de bens culturais em casos de conflitos armados” (CJI/doc.403/12 rev.5); e “Cooperação judicial interamericana” (CJI/doc.428/13 rev.1).

A CJI estabeleceu quatro relatorias para considerar novos mandatos: elaboração de Lei Modelo sobre proteção de dados pessoais (mandato da resolução AG/RES. 2811 (XLIII-O/13) da Assembleia Geral); responsabilidade social das empresas no campo dos direitos humanos e meio ambiente nas Américas; alternativas para a regulação do uso de substâncias psicotrópicas e para a prevenção da farmacodependência; diretrizes para o manejo das migrações nas relações bilaterais. A CJI decidiu dar continuidade ao tratamento dos seguintes temas: Orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero; diretrizes gerais para a integração fronteiriça; imunidade dos Estados e das organizações internacionais; recibos de armazenagem eletrônicos para produtos agrícolas; cooperação judicial interamericana.

Durante 2013, a CJI realizou encontros com membros da Comissão de Direito Internacional da ONU e da União Africana, o Escritório de Prevenção de Genocídio e da Responsabilidade de Proteger das Nações Unidas, a Comissão Internacional Humanitária para o Estabelecimento de Fatos, o Instituto Federal de Acesso à Informação e Proteção de Dados do México (IFAI), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A CJI também organizou, junto com o Departamento de Direito Internacional, o Curso de Direito Internacional entre 5 e 23 de agosto de 2013, atividade que completou 40 anos. O curso contou com um total de 20 bolsistas provenientes de diversos países do hemisfério financiados pela Organização e 13 participantes, tanto nacionais como estrangeiros, que financiaram sua participação.

4.4 FUNDAÇÃO PAN-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO

Estabelecida em 1962, a Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD) é uma entidade privada, não governamental e sem fins lucrativos, que atua mediante um Acordo de Cooperação com a Organização dos Estados Americanos para apoiar programas de desenvolvimento e ajudar vítimas de desastres naturais e crises humanitárias. O Secretário-Geral da OEA é o Presidente da Junta Diretora, que inclui 18 líderes do setor privado provenientes de vários países do Hemisfério. O Presidente da Fundação é Frank Gómez e os Vice-Presidentes são Frank Kanayet Yepes da Colômbia e Reginald Boulos do Haiti. O Diretor Executivo é John Sanbrailo e a Diretora Executiva Adjunta é Judith Hermanson. Todos os membros da Junta trabalham de maneira voluntária, servem como um grupo de apoio à OEA e realizam contribuições monetárias e em espécie aos programas da Fundação.

A missão de FUPAD é fomentar o desenvolvimento integral entre os mais necessitados na América Latina e no Caribe para “criar um hemisfério de oportunidades para todos”. Esta tarefa é realizada por intermédio de alianças inovadoras com organizações privadas, públicas e sem fins lucrativos em apoio às prioridades da OEA. Um dos objetivos mais importantes da Fundação é fortalecer a sociedade civil em apoio da Carta Democrática Interamericana. A FUPAD recebe doações de empresas, pessoas solidárias, grupos cívicos, governos nacionais e organismos internacionais, como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Cruz Vermelha e o Fundo Clinton-Bush para o Haiti, entre outros.

Durante 2013 mobilizou-se financiamento para programas de desenvolvimento que beneficiaram mais de 8 milhões de pessoas em 23 países, por intermédio de projetos de geração de emprego, capacitação técnica, fomento agrícola, desenvolvimento comunitário, fortalecimento da sociedade civil, proteção de direitos humanos e ajuda a vítimas de desastres naturais e crises humanitárias. Além disso, a FUPAD obteve recursos para projetos apoiados pela OEA em diferentes países, usando contribuições de vários doadores públicos e privados.

Em estreita coordenação com a OEA, a FUPAD respondeu ao terremoto que ocorreu no Haiti em 12 de janeiro de 2010 com atividades que foram prioritárias durante 2011-2013. A Fundação foi designada pela OEA para liderar a gestão de recursos e canalizá-los para os danificados em Porto Príncipe e seus arredores, operando com os ministérios e outras entidades haitianas. As principais atividades realizadas no Haiti foram: reparação de casas, limpeza de escombros, reconstrução urbana integral, desenvolvimento comunitário, fomento da participação e democracia local, proteção dos direitos humanos, apoio à luta contra a violência comunitária e financiamento das pequenas e médias empresas. Durante 2013 registraram-se doações num valor superior a US\$ 15 milhões nesse país.

Com o fim de responder à crise humanitária do deslocamento do povo colombiano e respaldando a Lei de Vítimas do país, a FUPAD continuou ampliando seus programas para ajudar os deslocados, afrodescendentes, indígenas, jovens em risco e outros grupos vulneráveis. Em colaboração com organizações locais, o programa oferece geração de renda, capacitação técnica, serviços comunitários e fortalecimento institucional. Do mesmo modo, continuou a execução de uma iniciativa inovadora através da OEA para proporcionar assistência técnica colombiana aos países da bacia do Caribe chamada “Estratégia de Cooperação Sul-Sul”. Além disso, em apoio ao Ministério das Relações Exteriores teve início outro programa para combater o recrutamento forçado de jovens por grupos delinquentes, chamado “Plano Integral para a Promoção de crianças e Adolescentes com Oportunidades” (PIP). Na Colômbia, a FUPAD desembolsou mais de US\$ 40 milhões em fundos durante 2013.

A FUPAD continuou fortalecendo ONGs não partidárias, como instrumento interamericano para revigorar os valores e princípios democráticos. Além disso, a Fundação continua implementando projetos de responsabilidade social empresarial em vários países, os quais facilitam maiores contribuições para projetos de desenvolvimento integral e ajuda a vítimas de desastres naturais. Durante 2013, por intermédio de seu Programa de Doações em Espécie, a FUPAD enviou equipamentos médicos, medicamentos, ferramentas, computadores e insumos de emergência a Argentina, Colômbia, Chile, Cuba, Republica Dominicana, El Salvador, Haiti, México, Suriname e Uruguai, no total de US\$ 6,2 milhões. Doações adicionais foram proporcionadas a organizações não governamentais na Argentina, Chile, Cuba, Equador, Honduras e Venezuela.

Com a participação de funcionários da OEA, a Junta Diretiva da Fundação realizou várias reuniões durante 2013 para obter fundos de ajuda aos haitianos e de outros países impactados por desastres naturais. Por outro lado, o Diretor Executivo e funcionários da Fundação participaram em varias reuniões de comissões da OEA, como a Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais, o grupo “Amigos do Haiti”, várias outras com a sociedade civil da região e agrupamentos da Diáspora que têm interesse em fortalecer projetos de desenvolvimento em seus respectivos países.

A FUPAD aprovou um novo Plano Estratégico para o período 2013-2017 para mobilizar até US\$ 350 milhões de dólares durante este período. No plano anterior (2008-2012) a FUPAD desembolsou US\$ 262 milhões para 29 países em apoio ao Sistema Interamericano, fortalecendo o papel da sociedade civil e do setor privado para aumentar o desenvolvimento integral nos países-membros da OEA. A Fundação segue incentivando a responsabilidade social empresarial como mecanismo para ampliar o financiamento de projetos de desenvolvimento social e atenção a um maior número de vítimas de desastres naturais e crises humanitárias.

4.5 ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE

A Organização Pan-Americana da Saúde, criada em 1902 pela Segunda Conferência Internacional dos Estados Americanos, é o organismo especializado em saúde do Sistema Interamericano e o Escritório Regional da Organização Mundial da Saúde para as Américas. Sua missão é “liderar esforços colaborativos estratégicos entre os Estados membros e outros aliados, para promover a igualdade em saúde, combater as doenças, melhorar a qualidade e prolongar a duração da vida dos povos das Américas”.

A OPAS funciona conforme os mandatos de sua Constituição e as resoluções aprovadas pelas autoridades sanitárias de seus Estados membros durante as reuniões dos Órgãos Diretores: o Conselho Diretor (se reúne anualmente), a Conferência Sanitária Pan-Americana (se reúne a cada cinco anos) e o Comitê Executivo (se reúne duas vezes por ano).

Em janeiro de 2013, a OPAS investiu a doutora Carissa F. Etienne, originária de Dominica, como nova Diretora. A doutora Etienne introduziu uma estrutura orgânica nova que procura recolocar a OPAS como organização flexível, transparente e receptiva, ao mesmo tempo em que potencia ao máximo a sinergia e complementaridade dos programas técnicos básicos da Organização. A doutora Etienne determinou quatro prioridades para a cooperação técnica da OPAS e a promoção da saúde pública: reduzir as desigualdades em matéria de saúde, fortalecer os sistemas de saúde, abordar os determinantes sociais e ambientais da saúde e obter a cobertura universal de saúde. Junto com um empenho contínuo sobre as doenças transmissíveis e não transmissíveis, enfoques multissetoriais e atividades de colaboração, as novas prioridades foram incorporadas ao Plano Estratégico da OPAS aprovado pelo 52º Conselho Diretor em outubro do 2013.

A cooperação técnica da OPAS contribuiu à consecução de vários avanços regionais no âmbito da saúde pública em 2013. Entre eles a comprovação da eliminação da oncocercose na Colômbia (o primeiro país do mundo que elimina esta doença); a entrada em vigor da nova regulamentação do controle do tabaco na Jamaica; o início do funcionamento do Organismo de Saúde Pública do Caribe (CARPHA); a assinatura da Declaração do Panamá, junto com a promessa de acabar com todas as mortes materno-infantis evitáveis até 2035; um consenso claro entre os Estados membros da OPAS para obter a cobertura universal de saúde; e compromissos por parte das autoridades sanitárias para reduzir a mortalidade por doenças não transmissíveis e promover a igualdade de acesso dos homossexuais, bissexuais e transexuais aos serviços de saúde.

Entre os aspectos destacados das atividades concretas de cooperação técnica realizadas pela OPAS durante 2013 figuram a promoção e coordenação regional da 11ª Semana da Vacinação nas Américas, realizada a cada ano; o estabelecimento de um novo consórcio SaltSmart para fomentar a redução do consumo de sal e desse modo prevenir a hipertensão; a formulação de uma legislação modelo sobre a saúde reprodutiva e a maternidade sem risco; e o lançamento de um processo para elaborar um guia regional para obter a cobertura universal de saúde no continente americano. A OPAS também publicou relatórios sobre a violência contra a mulher, o câncer na Região das Américas, o tratamento antirretroviral, a atenção integrada às doenças não transmissíveis, a segurança viária, os sistemas de saúde mental e a segurança radiológica, entre outros.

As atividades de colaboração da OPAS com a Organização dos Estados Americanos durante 2013 incluíram um memorando de entendimento, assinado em maio de 2012, para cooperar na redução da demanda de drogas nos Estados membros da OPAS e da OEA. Ademais, a Diretora da OPAS assistiu ao 42º Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, apresentou o Relatório Anual do Diretor 2011 ao Conselho Permanente da OEA (março de 2012) e informou aos representantes permanentes da OEA os resultados da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana.

4.6 INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Criado na Sexta Conferência Internacional Americana (Cuba, 1928), o IPGH oferece aos Estados membros cooperação técnica, difusão internacional de publicações e atividades científicas em cartografia, geografia, história e geofísica. O Instituto responde à demanda da comunidade científica em sua tarefa de interpretação do território, mediante uma visão continental, a partir da análise geográfica e histórica. Suas atividades correspondem a mandatos do Estatuto Orgânico, resoluções do Conselho Diretor e Reunião das Autoridades, congruentes com o plano “Agenda Pan-Americana do IPGH para 2010-2020” (Res. 4, Equador, 2009)

• **Situação financeira em 2013**

A receita do IPGH é limitada porque provém das cotas pagas pelos Estados membros, as quais permanecem inalteradas desde 1996. Não obstante, dispõe de um Fundo Operacional que serve de apoio ao Instituto para garantir o cumprimento de suas obrigações de curto prazo.

• **Departamento de Assistência Técnica**

O Conselho Diretor (Argentina, 2012) aprovou um Programa de Assistência Técnica composto por 22 projetos que, incluindo as contrapartidas, teve um custo de US\$ 695.633. Ademais, consolidaram-se múltiplos esforços em matéria de construção de capacidades, desenvolvimentos tecnológicos e inovações, destacando-se os resultados alcançados com as seguintes atividades:

- Construção de capacidades em Sistemas de Referência (SIRGAS)
- Iniciativa para a Integração de Dados Geoespaciais para a América Central
- Programa CAF-IPGH-GeoSUR, a Rede Geoespacial da América Latina
- Impacto da globalização na paisagem rural
- Rede Ibero-Americana de Infraestruturas de Informação Geográfica, R3IGeo
- Plano de Ação Conjunto para o Desenvolvimento da Infraestrutura de Dados Espaciais das Américas

• **Departamento de Publicações**

Foram publicados 20 títulos em matérias especializadas, destacando-se “História Comparada das Mulheres nas Américas”, “Patrimônio Cultural das América: Conservação, Comércio e Uso Social” e “América: A Consolidação das Nações”.

• **Reuniões e Assuntos Estatutários**

Em 2013 realizaram-se as Reuniões Estatutárias previstas:

- 79ª Reunião de Autoridades (México, 13 e 14 de junho)
- 80ª Reunião de Autoridades (Montevideu, Uruguai, 17 de novembro)
- 20ª Assembleia Geral (Montevideu, 20 a 22 de novembro)

Na 20ª Assembleia Geral foram aprovadas 31 resoluções. Além disso, nessa Assembleia concluiu o mandato de Santiago Borrero como Secretário-Geral. Em seu lugar foi eleito Rodrigo Barriga para o período 2014-2017.

5. ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL E DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO FORA DA SEDE

5.1 ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL FORA DA SEDE

Janeiro

- 11 - 13 Viña del Mar, Chile:
Segunda Reunião do Conselho Consultivo de Segurança Cidadã.
- 24 - 28 Santiago, Chile:
Abertura do 4º Seminário Internacional de Municípios Aeroportuários.
I Cúpula CELAC – UE
- 28 – 29 Bogotá, Colômbia:
Visita Oficial - Sustentando a liderança latino-americana no debate sobre as políticas de drogas, Diálogo Interamericano, Universidad de los Andes e CESED
- 31 – 01 Fev. Cidade do México:
Visita Oficial - Reunião com o Presidente da República
Reunião com o Chanceler da República.

Fevereiro

- 18 - 21 Londres, Inglaterra:
Visita Oficial para reunir-se com Altas Autoridades de Governo.
- 21 - 22 Paris, França:
Visita Oficial - Painel de Alto Nível do Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas

Março

- 7 - 8 Caracas, Venezuela:
Visita Oficial – Sepultamento do Comandante Presidente Hugo Chávez Frías
- 8 - 9 Cidade do México:
Visita Oficial para reunir-se com Altas Autoridades de Governo.
- 17 -20 Roma, Itália,
Visita Oficial – Participação na Missa Inaugural do Papa Francisco

Abril

- 2 -4 Madri, Espanha:
Visita Oficial – Reunião com o Presidente de Governo e outras Autoridades de Alto Nível.
- 8 – 9 Palm Beach, Flórida:
Palm Beach Strategic Forum 2013

- 23 – 25 Lima, Peru:
WEF Fórum Econômico Mundial – América Latina
- Maio
- 8 – 10 Bridgetown, Barbados
Visita Oficial - Fórum sobre Financiamento de Campanhas no Caribe
- 16 – 17 Bogotá, Colômbia:
Visita Oficial - Ato de entrega do Relatório sobre o Problema das Drogas nas Américas
- 23 – 25 Quito, Equador:
Visita Oficial – Posse do Presidente.
- Junho
- 1 - 9 Cidade da Guatemala:
Assembleia Geral da OEA
- 10 -11 Montreal, Canadá:
Fórum Internacional Econômico das Américas. 19º Fórum Montreal
- 29 – 3 julho Santiago, Chile:
Visita Oficial – Apresentação do relatório “O Problema das Drogas nas Américas”, CEPAL
- Julho
- 3 - 5 Port of Spain, Trinidad e Tobago:
34ª Conferência de Chefes de Governo da CARICOM
- 7 - 8 Nova York, Nova York:
ONU – Diálogo sobre Desigualdade
- 21 – 23 Montevideú, Uruguai:
Visita Oficial – Apresentação pública do relatório “O Problema das Drogas nas Américas”
- 23 – 25 Assunção, Paraguai:
Visita Oficial para reunir-se com Altas Autoridades de Governo.
- 25 – 26 São Salvador, El Salvador:
Visita Oficial para reunir-se com Altas Autoridades de Governo.
- 29 – 1 ago. Londres, Inglaterra:
Visita Oficial para reunir-se com Altas Autoridades de Governo.
Chatham House: Segurança Internacional. O Problema das Drogas nas Américas.
- Agosto
- 6 - 8 Nova York, Nova York:
ONU – Conselho de Segurança das Nações Unidas.

- 14 - 16 Assunção, Paraguai:
Posse do Presidente.
- 30 – 1 set. Riviera Maya, México:
Terceira Reunião do Conselho Consultivo do PNUD
Tema: Segurança Pública

Setembro

- 7 - 9 Nova York, Nova York:
Reunião de Alto Nível Presidente AG/ONU
- 10 – 13 Roma, Itália:
Fundação Italianeuropei
- 23 – 26 Nova York, Nova York:
Assembleia Geral da ONU
- 27 - 29 Cidade do México:
Apresentação do Relatório de Drogas no Senado
Reunião Alternativa Latino-Americana

Outubro

- 8 -10 Cidade do México:
IV Fórum da Democracia Latino-Americana.
- 18 -20 Cidade do Panamá, Panamá:
XXII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado.
- 26 -27 Charleston, Carolina do Sul:
Conferência do Círculo Hispano-Americano de Charleston.

Novembro

- 13 - 15 La Paz, Bolívia:
Visita Oficial para reunir-se com Altas Autoridades de Governo.
- 21 -23 Medellín, Colômbia:
IV Reunião de Ministros em Matéria de Segurança Pública (MISPA)
- 23 – 26 Cidade do México:
Council of Councils, Americas Regional Conference and the Hemispheric Meeting of the Councils on International Relations, “The Future of the Americas in Global Governance” (COMEXI)
Seminário Internacional – A Convenção de Belém do Pará: Primeira Reunião do Grupo de Peritas Regional sobre Indicadores de Exercício de Direitos das Mulheres.

Dezembro
12

Bogotá, Colômbia:
Reunião CICAD 54

5.2 ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO FORA DA SEDE

Janeiro

18/01/2013 Paramaribo, Suriname: Visita oficial para reunir-se com Altas Autoridades de Governo

Fevereiro

03/02/2013 Cidade da Guatemala, Guatemala: Preparativos para a Assembleia Geral

20/02/2013 Cidade da Guatemala, Guatemala: Modelo Dominicano do Sistema Interamericano (MODOSI)

Março

14/03/2013 Port of Spain, Trinidad e Tobago: Visita oficial para reunir-se com Altas Autoridades de Governo

16/03/2013 Kingston, Jamaica: Visita oficial para reunir-se com Altas Autoridades de Governo

Abril

14/04/2013 Cidade de Belize, Belize: Visita oficial para reunir-se com Altas Autoridades de Governo

23/04/2013 Nassau, Bahamas: Visita oficial para reunir-se com Altas Autoridades de Governo

24/04/2013 Bridgetown, Barbados: Visita oficial para reunir-se com Altas Autoridades de Governo

30/04/2013 Saint George's, Grenada: Visita oficial para reunir-se com Altas Autoridades de Governo

Maiο

02/05/2013 Paramaribo, Suriname: Lançamento do Projeto Desenvolvimento da Juventude e Justiça Juvenil – Marcação de Armas de Fogo

04/05/2013 La Antigua, Guatemala: Preparativos para a Assembleia Geral

09/05/2013 Porto Príncipe, Haiti: Visita oficial para reunir-se com Altas Autoridades de Governo

25/05/2013 Bruxelas, Bélgica: Terceira Reunião de Alto Nível de Diálogo Inter-Regional sobre Democracia, Comissão Europeia

29/05/2013 Cidade da Guatemala, Guatemala: Encontro de CEOs SICA-CARICOM

31/05/2013 La Antigua, Guatemala: Assembleia Geral da OEA

Julho

03/07/2013 Port of Spain, Trinidad e Tobago: XXXIV Reunião Ordinária da Conferência de Chefes de Estado da CARICOM

24/07/2013 Key Biscayne, Flórida: Reunião do Conselho Empresarial da América Latina (CEAL)

Agosto

- 06/08/2013 Bridgetown, Barbados: Segurança Alimentar
- 09/08/2013 Saint George's, Grenada: Visita oficial para reunir-se com Altas Autoridades de Governo

Setembro

- 04/09/2013 San Pedro Sula, Honduras: Reunião Ministerial de Turismo
- 05/09/2013 São Salvador, El Salvador: Visita oficial para reunir-se com Altas Autoridades de Governo
- 08/09/2013 Porto Príncipe, Haiti: Visita oficial para reunir-se com Altas Autoridades de Governo
- 11/09/2013 Cali, Colômbia: Cúpula Mundial de Prefeitos e Mandatários Afrodescendentes
- 15/09/2013 Medellín, Colômbia: 88ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do IIN
- 24/09/2013 Nova York, NY: Reuniões Paralelas sobre Haiti à Margem da Assembleia Geral das Nações Unidas

Outubro

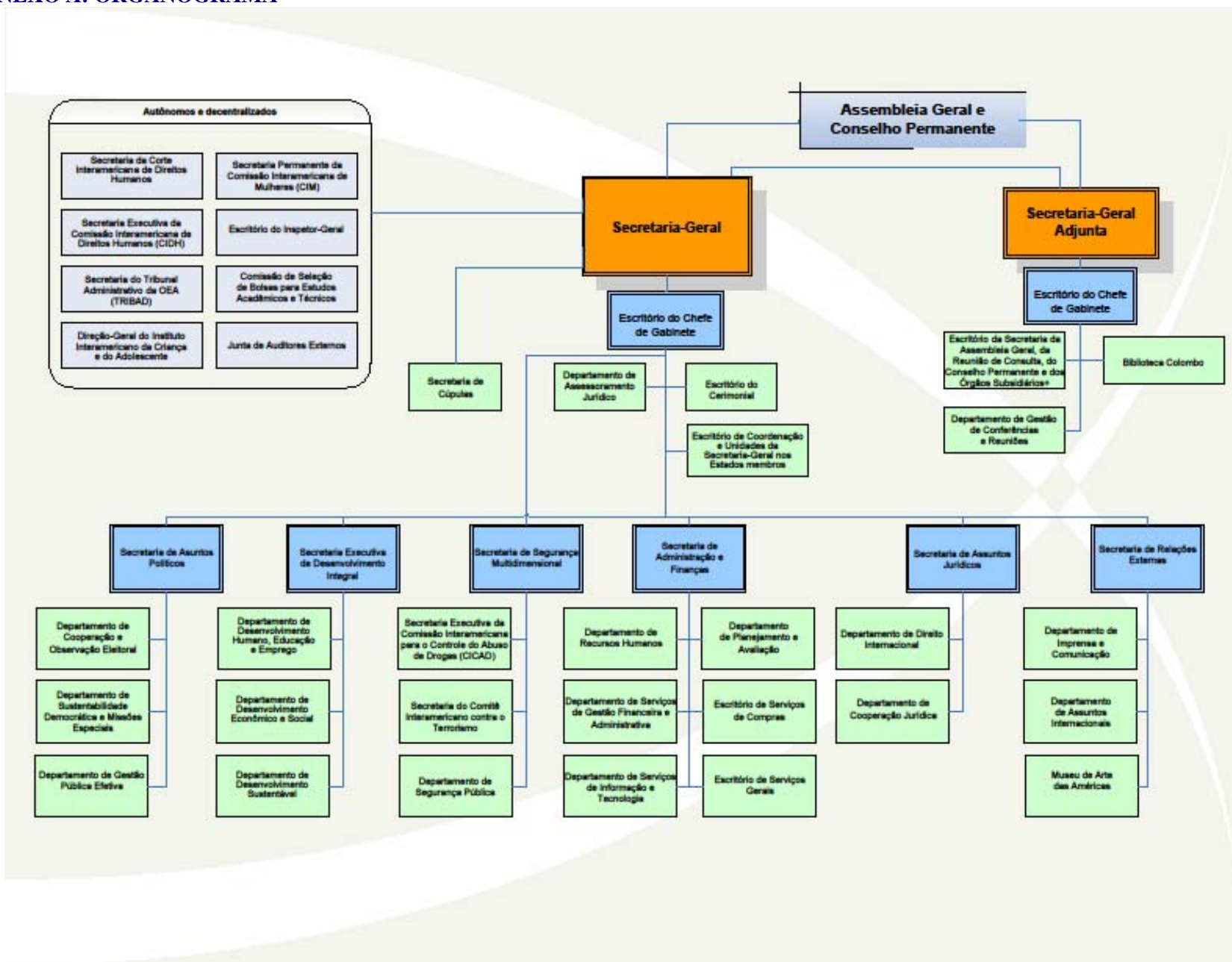
- 02/10/2013 Cidade do Panamá, Panamá: VII Fórum de Competitividade das Américas
- 08/10/2013 Palm Beach, Aruba: Fórum de Energia Renovável do Caribe
- 14/10/2013 Port of Spain, Trinidad e Tobago: Lançamento de Virtual Educa
- 16/10/2013 Paramaribo, Suriname: Visita oficial para reunir-se com Altas Autoridades de Governo

Novembro

- 06/11/2013 Saint George's, Grenada: Estratégia do Caribe sobre Gestão da Dívida
- 10/11/2013 Brasília, Brasil: III Diálogo Interamericano de Altas Autoridades das Micro, Pequenas e Médias Empresas

Dezembro

- 03/12/2013 Bruxelas, Bélgica: Conferência de Alto Nível sobre Gestão de Crises Internacionais Complexas



ANEXO B: DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DA OEA

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DA OEA

Quadro 1

Demonstrativo combinado de ativos, passivos e saldos de fundos

Em 31 de dezembro de 2013 com totais comparativos para 2012

Preliminar e não auditado

(em milhares de US\$)

	Fundo Ordinário	FEMCIDI	fundos Específicos	fundos de serviço ^(A)	Eliminação de transações entre fundos	Combinado	
						2013	2012
Ativos							
Dinheiro e depósitos em custódia no Fundo de Tesouraria da OEA	8,341	8,648	86,564	8,288	-	111,841	106,148
Cotas/oferecimentos por receber	1,983	-	-	-	-	1,983	4,850
Menos: Provisão para cotas/oferecimentos a receber	(1,983)	-	-	-	-	(1,983)	(4,850)
Cargos diferidos relacionados a dotações de anos futuros (B)	5,703	-	-	-	-	5,703	5,703
Cargos diferidos relacionados a dotações de anos futuros (bolsas) (C)	2,220	-	-	-	(2,220)	-	-
Contas por cobrar ao Fundo Ordinário (C)	-	-	2,220	-	(2,220)	-	-
Adiantamentos para empregados e outras contas a receber	452	-	-	55	-	507	465
Investimento em fundo de ativos fixos	50,117	-	-	-	-	50,117	51,470
Total ativos	66,833	8,648	88,784	8,343	(4,440)	168,168	163,786
Passivos e saldos de fundos							
Obrigações sem liquidar	1,271	149	12,203	2,110	-	15,733	16,064
Cotas / oferecimentos arrecadados antecipadamente	7,520	-	-	-	-	7,520	6,780
Dotações a debitar em anos futuros (B)	5,703	-	-	-	-	5,703	5,703
Dotações a debitar em anos futuros (bolsas) (C)	-	-	2,220	-	(2,220)	-	-
Contas a pagar ao Fundo de Capital para os Programas de bolsas da OEA (C)	2,220	-	-	-	(2,220)	-	-
Contas a pagar e outros passivos	109	157	2,289	776	-	3,331	11,241
Reserva para pagamento de terminações	588	-	6	3,419	-	4,013	3,901
Notas a pagar à vista	20,800	-	-	-	-	20,800	21,330
Total passivos	38,211	306	16,718	6,305	(4,440)	57,100	65,019
Saldos de fundos							
Subfundo de reserva não restringido	(695)	-	-	-	-	(695)	(4,754)
Saldo de fundos	-	8,342	72,066	2,038	-	82,446	73,381
Total saldo de fundos	(695)	8,342	72,066	2,038	-	81,751	68,627
Patrimônio em ativos fixos restringido	29,317	-	-	-	-	29,317	30,140
Total passivos e saldos de fundos	66,833	8,648	88,784	8,343	(4,440)	168,168	163,786

(A) Inclui a conta de reembolso de impostos

(B) Valor atual das anualidades da OEA (pagamentos vitalícios aos ex-Secretários-Gerais e ex-Secretários-Gerais Adjuntos).

(C) Saldo do empréstimo temporário do Fundo Ordinário ao Fundo de Capital para os Programas de Bolsas e Capacitação da OEA, o qual será quitado em pagamentos anuais até 2016 em conformidade com CEPIDI/RES.187/11

Quadro 2

Demonstrativo Combinado de Variações nos Saldos de Fundos

Período encerrado em 31 de dezembro de 2013, com totais comparativos para 2012

Preliminar e não auditado

(em milhares de US\$)

	Fundo Ordinário	FEMCIDI	Fundos Específicos	Fundos de serviços	Eliminação de transações entre Fundos ^(A)	Combinado	
						2013	2012
Aumentos							
Arrecadação de cotas / oferecimentos	83,972	902	-	-	-	84,874	79,810
Menos: Créditos por pagamento imediato	(337)	-	-	-	-	(337)	(422)
Contribuições	-	-	68,408	-	-	68,408	64,938
Reembolso de impostos	-	-	-	7,714	-	7,714	3,733
Transferências	-	-	871	5,295	(6,166)	-	198
Juros	69	36	379	5	-	489	1,158
Contribuições para apoio administrativo e técnico	2,047	-	-	7,033	(9,080)	0	-
Aluguéis	500	-	6	2,421	(500)	2,427	2,288
Reaprovisionamento do Fundo de Reserva	500	-	-	-	(500)	-	-
Outras receitas e reembolsos	726	28	429	3,540	(2,125)	2,598	3,198
Total Aumentos	87,477	966	70,093	26,008	(18,371)	166,173	154,901
Diminuições							
Gastos e obrigações	83,418	848	61,252 ^(B)	16,088 ^(B)	(16,012)	145,594	148,482
Reembolso de impostos	-	-	-	4,659	-	4,659	7,189
Transferências	-	-	1,473	2,168	(2,359)	1,282	344
Reembolsos aos doadores	-	-	1,514	-	-	1,514	1,612
Revista Américas	-	-	-	-	-	-	119
Total Diminuições	83,418	848	64,239	22,915	(18,371)	153,049	157,746
Aumento (diminuição) líquido durante o período	4,059	118	5,854	3,093	-	13,124	(2,845)
Saldo de Fundos no início do período	(4,754)	8,224	66,212	(1,055)	-	68,627	71,472
Saldo de Fundos no final do período	(695) ^(C)	8,342	72,066	2,038	-	81,751	68,627

(A) Inclui a conta de reembolso de impostos

(B) A execução líquida compreende gastos de 2013 mais obrigações de 2013 menos obrigações com saldo provenientes de anos anteriores

(C) Quantia respaldada pelas cotas a receber dos Estados membros de US\$ 1.983.000. Em janeiro de 2014 recebeu-se o pagamento de US\$ 175.000

GASTOS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO ORDINÁRIO POR CAPÍTULO

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013
(em milhares de US\$)

	2013	2012
Gabinete do Secretário-Geral	\$ 3,699.25	\$ 3,868.43
Gabinete do Secretário-Geral Adjunto	3,841.61	3,810.48
Organismos Principais e Especializados	9,906.60	9,048.35
Outras Entidades e Dependências	1,460.22	1,571.38
Secretaria de Assuntos Jurídicos	2,328.76	2,273.27
Secretaria de Segurança Multidimensional	4,024.62	3,748.91
Secretaria de Assuntos Políticos	4,047.85	4,142.21
Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral	13,033.93	13,685.73
Secretaria de Relações Externas	3,001.52	3,785.95
Secretaria de Administração e Finanças	10,047.79	10,570.56
Infraestrutura Básica e Custos Comuns	14,146.35	12,745.10
Gestão de Conferências e Reuniões	5,428.91	5,573.40
Escritórios e Unidades da Secretaria-Geral nos Estados membros	7,131.71	7,627.27
Órgãos de Supervisão da Gestão	1,319.34	1,064.12
TOTAL	\$ 83,418.46	\$ 83,515.16

ORÇAMENTO-PROGRAMA: NÍVEIS DE EXECUÇÃO

